

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2013-2017** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM VINTE E SETE DE JANEIRO DE DOIS MIL E QUINZE**-----

----- **ATA NÚMERO CINQUENTA E CINCO**-----

----- Aos vinte e sete dias do mês de janeiro de dois mil e quinze, e em cumprimento do disposto no artigo quadragésimo quinto da Lei número cento e sessenta e nove de mil novecentos noventa e nove, de dezoito de setembro, com a redação dada pela Lei número cinco-A de dois mil e dois, de onze de janeiro, em vigor, *a contrario*, por força da norma revogatória constante do artigo terceiro, da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, em sessão extraordinária, sob a presidência da Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor José Maximiano Almeida Leitão, Primeiro Secretário, e pela Excelentíssima Senhora Rosa Maria Carvalho da Silva, Segunda Secretária em exercício. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, André Moz Caldas, António Manuel de Freitas Arruda, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, Joaquim Maria Fernandes Marques, João Luís Valente Pires, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Manuel Rodrigues Moreno, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Elisa Madureira de Carvalho, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa de Aguiar Aldim, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robbles, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Rute Sofia Florêncio Lima de

DRAFT

Jesus, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Isabel Cristina Rua Pires, Nelson Pinto Antunes, Patrícia de Oliveira Caetano Barata, Maria Cândida Cavaleiro Madeira, António José do Amaral Ferreira de Lemos, Maria Margarida Matos Mota, Ana Paula da Silva Viseu, Margarida de Moraes, Natacha Machado Amaro, Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes, Sandra Cristina Andrade, Ana Luísa Flores de Moura e Regedor, Rui Jorge Gama Cordeiro, Igor Boal Roçadas e João Gomes Boavida. -----
----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----
----- Carlos de Alpoim Vieira Barbosa. -----
----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, à *contrário sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais: -----
----- Sandra Paulo (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Boavida. -----
----- Ricardo Azevedo Saldanha (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Cândida Cavaleiro Madeira. -----
----- Rita Neves (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Margarida Mota. -----
----- Diogo Leão (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Paula Viseu. -----
----- Sofia Cordeiro (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Igor Roçadas. -----
----- Davide Amado (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, por um dia, tendo sido substituído por Margarida de Moraes. -----
----- Victor Gonçalves (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patrícia Caetano Barata. -----
----- Tiago Albuquerque Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes. -----
----- Margarida Maria Saavedra (PSD), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Rui Jorge Cordeiro. -----
----- Miguel Tiago Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Natacha Amaro. -----
----- Deolinda Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Lúcia Gomes. -----
----- Miguel Reis (BE), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Isabel Pires. -----
----- Mariana Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Sandra Andrade. -----
----- Telmo Correia (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Ferreira de Lemos. -----
----- Fernando Nunes da Silva (IND), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Regedor. -----

----- A Mesa da Assembleia, reunida em 27 de janeiro de 2015, deliberou: -----
----- Injustificar a falta do Deputado Municipal Davide Amado à sessão extraordinária realizada em 6 de maio de 2014; -----
----- Injustificar a falta do Deputado Municipal Vasco Morgado à sessão extraordinária realizada em 24 de junho de 2014; -----
----- Injustificar a falta da Deputada Municipal Mariana Mortágua à sessão extraordinária de 29 de julho de 2014.-----
----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores: Fernando Medina, Catarina Vaz Pinto, João Afonso, Duarte Cordeiro, Jorge Máximo e José Franco. -----
----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Fernando Seara, João Gonçalves Pereira, Carlos Moura, Alexandra Barreiras Duarte e Paulo Quaresma.-----
----- Às quinze horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião.-----
----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----
----- **O Senhor Marco Rodrigues**, residente na Estrada da Ameixoeira, 35 2º dto, 1750-014 Lisboa, fez a seguinte intervenção: -----
----- “Boa tarde a todos, apresento-me diante de vós enquanto cidadão, que há doze anos foi acolhido pela Cidade de Lisboa para estudar, trabalhar e criar família. -----
----- Pronuncio-me também aqui em nome dos meus filhos, próximos cidadãos, porque a eles devo também a luta por uma sociedade futura mais justa, livre e democrática. -----
----- Chamo-me Marco Rodrigues e fui um dos muitos docentes a quem foi retirada repentinamente a oportunidade de exercer a sua vocação, após vários anos de ensino em muitas das escolas problemáticas de Lisboa, onde a realidade social está de facto ainda muito longínqua da realidade de muitas famílias portuguesas. -----
----- Em Setembro do ano passado eu e a minha esposa, fomos contratados para lecionar, na então denominada Universidade Sénior da Junta de Freguesia de Santa Clara. Com a promessa de um aumento salarial, fomos motivados pela Presidente de Junta Maria de Graça Pinto Ferreira, a apoiar a implementação de novas instalações para os seniores. Inaugurou-se assim a atual Academia de Formação de Adultos e com ela foi-nos sugerida, a mim e à minha esposa, também docente, uma alteração contratual dissimulada e pouco justa, que implicaria um alargamento e uma distribuição de carga horária entre ambos, pelo aumento de apenas um dos nossos vencimentos.-----
----- Questionada sobre as decisões que recaiam sobre as novas regras laborais impostas, a presidente de junta manifestou-se violentamente contra nós.-----
----- Nas suas palavras não há diálogo “O que me interessa não são as pessoas!”. -----
----- Perante uma humilhação diante dos funcionários da mesma junta, eu e a minha esposa fomos expulsos do gabinete desta presidente. Infelizmente não ficou por aqui.--

----- Diante de todos os nossos alunos a presidente procurou justificar a nossa saída, o resultado foram gritos e ofensas por parte da senhora presidente, publicamente testemunhados. -----

----- Passo a citar, “O senhor é um frustrado, um complexado”, “O senhor é um leproso”, chegou mesmo a pronunciar com a mão à frente da boca e peço desculpa pela expressão “olhe, vá para o...”. -----

----- O contrato mantém-se até final de Fevereiro, mas já fomos substituídos. Estamos proibidos de voltar às instalações. Recebi uma carta de despedimento da junta pela mão de três funcionários, enquanto passeava com o meu filho no jardim em frente a minha casa. -----

----- Não me espantam já as decisões, espantam-me as ofensas gratuitas, espanta-me a falta de educação, a arrogância, a postura autoritária mas sobretudo a falta de humanismo. -----

----- Após todos estes constrangimentos, pergunto-me e questiono os presentes, que também me representam enquanto cidadão, é este o perfil de um presidente de junta? --

----- Obrigado a todos.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia:** -----

----- “Muito obrigado Senhor Marco Rodrigues, queria esclarecê-lo que naturalmente os presidentes de junta fazem parte da Assembleia Municipal, mas a Assembleia Municipal não tem competências de fiscalização sobre as freguesias. Quem tem essas competências é a Assembleia de Freguesia, portanto, naturalmente a Mesa irá encaminhar a sua exposição para a Assembleia de Freguesia de Santa Clara, para conhecimento dos membros da Assembleia de Freguesia, cabendo-lhe, se assim o entender, também dirigir-se à Assembleia de Freguesia.” -----

----- **O Senhor Marco Rodrigues:** -----

----- “Eu gostaria de deixar uma exposição.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia:** -----

----- “Pode deixar que nós encaminharemos para a Assembleia de Freguesia. -----

----- Vamos agora dar a palavra ao Senhor Virgolino Jorge, da Comissão de Representantes das Administrações de Condóminos da Quinta dos Inglesinhos e as questões são relacionadas com o núcleo desportivo e com o estacionamento.” -----

----- **O Senhor Virgolino Jorge,** residente na Azinhaga da Torre do Fato, 19 9º dto, 1600-299 Lisboa, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, a Comissão de Representantes das Administrações de Condóminos da Quinta dos Inglesinhos em Carnide, manifesta a sua discordância com os termos de aprovação do projeto do núcleo desportivo no lote do terreno ladeado pelas ruas Augusto Macedo, Pires Jorge e Manuel Rodrigues da Silva. Tal empreendimento não contempla a criação de lugares de estacionamento adicionais, a fim de responder ao acréscimo de tráfego gerado por aquele equipamento. -----

----- Esta discordância fundamenta-se na evidência do aumento de utentes e tráfego associados ao núcleo desportivo, agravar a situação do estacionamento já existente nesta zona, a qual é do pleno conhecimento da Câmara desde há mais de dez anos. -----

DRAFT

----- Para além das dificuldades acrescidas de estacionamento para os residentes, escritórios e lojas comerciais, esta decisão contribui também para ampliar os problemas de segurança, decorrentes da impossibilidade de acesso de veículos de combate a incêndios, como já ocorreu por diversas vezes, a última das quais em Novembro passado.-----

----- Assim, não obstante o carácter positivo da construção do núcleo desportivo, após mais de vinte anos de inexplicável incumprimento das obrigações por parte do promotor da urbanização, os residentes sugeriram sempre que a construção desse equipamento, deveria permitir resolver o problema de estacionamento gerado pelo deficiente planeamento urbanístico inicial. -----

----- A proposta de construção de um parque de estacionamento subterrâneo foi pela primeira vez apresentada à CML, em abaixo-assinado de 2005 e que voltámos a entregar em mão ao Presidente da CML, na reunião descentralizada ocorrida em Carnide em 3 de Setembro de 2008. -----

----- A pertinência e a razoabilidade da proposta foi reconhecida pela Câmara recentemente, no âmbito das reuniões havidas com o Senhor Vereador Manuel Salgado e/ou a sua equipa, desde 20 de Setembro de 2013. O Senhor Vereador Manuel Salgado colocou a questão à EMEL, a qual, após deslocação ao sítio, comunicou-nos a decisão de avançar com o referido parque de estacionamento, em reunião ocorrida na CML em 4 de Novembro de 2013, faltando apenas definir a sua capacidade. Após esta reunião e apesar das nossas insistências, não obtivemos informações relevantes, quer acerca do processo de construção do parque de estacionamento subterrâneo quer sobre a aprovação final do núcleo desportivo, o que não podemos deixar de estranhar bastante. -----

----- Entretanto fomos surpreendidos com a notícia de que a questão do estacionamento subterrâneo foi abandonada, sem que nos tenha sido dada qualquer informação nesse sentido e sem qualquer justificação.-----

----- Tal significa que o proprietário e a CML pretendem resolver a necessidade de estacionamento gerada pelo núcleo desportivo à custa do estacionamento público, o qual, em si mesmo, já é insuficiente para resolver a situação atual do défice existente na zona.-----

----- Dado que as obras do núcleo desportivo se iniciaram no passado dia 12, verificámos que a CML aprovou o projeto em causa sem parque subterrâneo, nem estacionamento próprio do empreendimento desportivo, o que contraria as justas pretensões e expectativas dos residentes e os pareceres dos próprios técnicos da CML.

----- Em suma, nestes termos e diante da realidade atual de défice significativo de estacionamento, o projeto aprovado, em vez de contribuir para melhorar a situação, pelo contrário, agrava-a significativamente e com lesão do interesse público.-----

----- Senhora Presidente o caos e insegurança instalados não se resolvem com parquímetros, nem com a concessão de lugares privativos do núcleo desportivo em espaços do domínio público. -----

----- Perante esta situação, comunicamos o total descontentamento e repúdio dos moradores, por uma solução que é a todos os títulos inaceitável e que viola

gravemente a boa-fé no processo de diálogo entre a CML e esta Comissão de Representantes, bem como os legítimos direitos dos residentes. -----

----- Assim, solicitamos a urgente alteração do teor do licenciamento a conceder, no que respeita ao estacionamento e segurança.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia:**-----

----- “Muito obrigado Senhor Virgolino. Queria informá-lo que iremos naturalmente encaminhar para a Câmara esta questão, e informá-lo também, que vai seguir-se agora um período de intervenção dos vários Grupos Municipais e há uma proposta apresentada, haverá uma proposta apresentada, creio que pelo Grupo Municipal do PCP, salvo erro, sobre esta questão dos Inglesinhos. E portanto, se quiser continuar na sala para ver como é que a Assembleia Municipal discute essa matéria, que diz respeito à sua intervenção, poderá ter interesse nisso.-----

----- Vamos agora passar a palavra ao Senhor João Chambers, que vem expor a falta de salubridade e habitabilidade existente no logradouro da Praça Pasteur e indagar se o mesmo poderia ser gerido pela EMEL.-----

----- O Senhor João Chambers está-me a entregar um dossiê com fotografias, dará entrada na Mesa e é do conhecimento.” -----

----- **O Senhor João Chambers**, residente na Praça Pasteur, nº1 3º dto, 1000-238 Lisboa, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhora Presidente da Assembleia Municipal, boa tarde Senhores Secretários.-----

----- Eu não trago um discurso preparado, apenas aqui umas linhas alinhavadas para explicar aquilo que aqui me traz. -----

----- Ora, o logradouro da Praça Pasteur, aqui bem perto deste fórum com cerca de 6000m2, foi desanexado dos prédios que o compõem, aquando da venda dos andares pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social. -----

----- Ao longo dos tempos, aquilo mais não foi do que um lamaçal de Inverno e uma enorme poeirada durante o Verão, até que a antiga Junta de Freguesia de São João de Deus decidiu, após numerosas e constantes queixas, obter as necessárias verbas para arranjar dois dos três espaços que o compõem. Não houve verba para mais, infelizmente.-----

----- Instalou-se então um portão, aproveitou-se aliás um portão existente, para o fechar e permitir o acesso apenas aos moradores e aos funcionários do Instituto de Gestão Financeira. -----

----- No dia seguinte o portão foi vandalizado. Mais tarde foram instalados dois pilaretes, semelhantes aos existentes nos bairros históricos, tendo os residentes comprado os respetivos comandos, salvo erro, se bem me lembro, 50€ de cada vez. ----

----- Só que os superiores interesses dos não residentes, peço desculpa, só que os superiores interesses, que não dos residentes e dos funcionários do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social que lá estacionam as suas viaturas, levou a que os mesmos fossem vandalizados, no dia seguinte às reparações efetuadas pela junta de freguesia. Desde o Verão, desde o último Verão de 2014, foram gastos pela junta de

freguesia cerca de 900€ em duas reparações, que de nada surtiram, foram logo vandalizados nos dias seguintes.-----

----- Além disso o espaço tornou-se num inadmissível vazadouro de lixo e detritos, conforma as fotografias que junto bem o atestam. É inadmissível a quantidade de contentores de lixo e sacos de lixo, salvo erro mais de cinquenta/sessenta e mais trinta ou quarenta contentores de lixo que foram retirados.-----

----- Nos tempos que correm e com os princípios de ecologia que hoje em dia norteiam quase a nossa existência, aquilo é inadmissível.-----

----- Essa limpeza foi feita nas últimas quinta e sexta-feira.-----

----- A forma como ali se vive é uma autêntica selvajaria! -----

----- Há também numerosos carros abandonados e uma oficina de reparação de automóveis, que só à conta dela ocupa mais de três dezenas de veículos.-----

----- Os moradores nunca têm lugares, e a meu ver, a única solução possível era uma parceria entre a EMEL e o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, de onde até se poderiam tirar alguns dividendos, de forma a manter aquele espaço no centro da cidade limpo e ordenado, aliás, à semelhança do que acontece com o logradouro daqui deste fórum, com o outro logradouro com entrada pela Avenida Cervantes e com os outros dois existentes com entrada pela Rua Presidente Wilson. Um verdadeiro exemplo de civismo que aqui não existe.-----

----- Apelo pois encarecidamente, que o Senhor Presidente do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social olhe para esta lamentável situação com olhos de ver, não custa muito, era apenas uma questão de boa vontade.-----

----- Recordo também que recentemente foi feita uma intervenção no Mercado do Rato, que penso que para esta situação seria um exemplo perfeito, para que os residentes na Praça Pasteur e os funcionários do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social pudessem parquear as suas viaturas e ter um espaço limpo, ordenado, equilibrado, onde não houvesse tráfico de droga, prostituição, roubos, assaltos a viaturas, etc.. Acho que com um bocadinho de boa vontade tudo se conseguiria.-----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, obrigado Senhores Secretários, uma boa tarde.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia:**-----

----- “Muito obrigado, não sei se quererá deixar o seu documento que nós fotocopiámos, a intervenção que fez. Se pode ficar facilita-nos para a Ata. -----

----- Pode deixar então se não se importa.” -----

----- **O Senhor João Chambers:**-----

----- “Já deixei aí.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia:**-----

----- “As fotografias sim a intervenção não. -----

----- Pronto ok, são notas não tem problema. Muito obrigado.-----

----- Informar o Senhor João Chambers que vamos naturalmente encaminhar a sua intervenção para o Senhor Presidente da Câmara, que encaminhará para os Vereadores que entender que deve. -----

----- De qualquer maneira está presente na sala o Senhor Vereador Duarte Cordeiro, que é o responsável pela higiene urbana e que ouviu a intervenção, que poderá desde já tomar devida nota daquilo que de poderá vir a fazer em colaboração com a junta de freguesia. Muito obrigado.-----

----- Temos então agora o último pedido de palavra, a Senhora Mónica Jesus que vem, julgo que em representação do familiar Joel Jesus.-----

----- Pode subir ao palco a Senhora Mónica, penso que vem em representação do seu familiar Joel Jesus.-----

----- Muito bem, é um pedido de habitação, portanto eu pedia atenção aqui ao Vereador que está em substituição da vereadora da habitação, para ouvirmos o pedido da Senhora Mónica Jesus.-----

----- Faça favor.”-----

----- **A Senhora Mónica Jesus**, residente na Praça Eduardo Mondlane, Lote 546 nº11 A, Lisboa, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde, eu chamo-me Mónica Jesus. Venho aqui pela seguinte questão.-----

----- Há dois anos casei-me com o meu marido, que infelizmente tem uma insuficiência de 75% física.-----

----- Já corri mundos e fundos para me ajudarem numa habitação, porque o meu marido há um ano ficou sem trabalho, derivado a um ataque de epilepsia que lhe foi reconhecido há um ano.-----

----- Já me dirigi a assistentes sociais, Câmara Municipal, assessoras, tudo o que me era possível e por isso hoje cheguei aqui.-----

----- Eu só queria fazer uma simples pergunta antes de continuar. Será que é preciso casar com uma pessoa saudável para se ter uma vida digna?-----

----- Porque casar com uma pessoa doente é muito difícil neste País.-----

----- É triste chegarmos ao ponto onde vemos que por o meu marido receber 230€ de uma pensão vitalícia, ninguém nos ajuda.-----

----- Querem-me dar um rendimento mínimo de 20€ para eu viver mais a minha filha de sete anos e o meu marido tem uma insuficiência de 75%.-----

----- Eu vivo numa casa que é um tipo3 da Câmara, com quatro famílias e a única coisa que me é dita pela assistente social é você dirija-se a um abrigo, fique com a sua filha e deixe o seu marido em casa porque a casa pertence à família dele e assim consegue acelerar o processo, ou seja, então é preciso eu abandonar o meu marido em casa para a Câmara me dar casa e para as pessoas lhe fazerem mal, numa casa onde só há agressões, violência e provas disso não me faltam.-----

----- Eu não tenho mais nada a dizer, só vim cá porque não tive mais a quem recorrer e porque as pessoas não têm o mínimo de interesse às vezes de ouvir o que lhes é dito. Ouvem mas não escutam com atenção e quando não há interesse é muito difícil de lidar com uma filha de sete anos e um marido incapaz.-----

----- Eu só tinha isto para dizer e espero muito sinceramente que este País mude um bocadinho em relação a isso. Obrigado e boa tarde.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia:**-----

----- “Pode informar-nos só qual é o bairro onde mora?”-----

----- **Senhora Mónica Jesus:** -----

----- “É o Bairro do Condado.-----

----- Já agora tenho só mais uma informação que queria deixar aqui. O Presidente da Junta disse-nos que tinham 20 a 30 fogos de casas para dar e eu só quero perguntar o que é que essas casas estão há que tempos a fazer vazias e não são entregues a uma pessoa como eu, o meu marido e a minha filha. É essa questão que eu quero deixar aqui.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia:**-----

----- “Provavelmente já a informaram que a atribuição de casas da Câmara é através de concurso e, portanto, a pessoa tem que se inscrever. Não sei se isso tudo já está feito. Eu vejo que o Doutor Rui Gonçalves está aqui presente e a pode receber, peço-lhe que entregue os documentos e que verifique se já deu os passos todos ou falta qualquer coisa e o que é preciso fazer para se poder candidatar a uma habitação. Elas não são entregues a pedido, são entregues por concurso e, portanto, tem que estar candidadata.” -----

-----VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE LUÍS ALVES DIAS -----

----- *Faleceu a 23 de Janeiro de 2015 Luís Alves Dias, um livreiro de Lisboa, cuja vida dava um livro. Foi proprietário e fundador, em 1970, da Livraria Ler, que fica em Campo de Ourique, na Rua Almeida e Sousa, junto ao Jardim da Parada (Jardim Teófilo Braga).* -----

----- *Nasceu na Galiza a 18/2/1932, filho de pai português e mãe galega, mas de nacionalidade portuguesa, porque o pai registou o nascimento logo no consulado. Veio definitivamente para Portugal quando começou a guerra civil espanhola e o pai inscreveu-o no Instituto Espanhol, ao Marquês do Pombal, onde estudou da 4ª classe ao 2º ano.*-----

----- *Sem conseguir equivalência para entrar no Liceu, teve de repetir a 3ª e a 4ª classe. Mas como já tinha 13 anos nessa altura, estava impedido de ir à escola durante o dia e passou a estudar à noite. Com os dias livres, ia para a Livraria Aillaud & Lello, na Rua do Carmo, na Baixa, ler umas revistas brasileiras do Super-Homem e do Homem Borracha. Até que um dia o gerente, Artur Grana, lhe perguntou se não estudava. Luís Alves Dias disse que sim, mas à noite. E Grana ofereceu-lhe emprego na Lello. Ficou por lá 15 anos.*-----

----- *Foi na Livraria Lello que teve contacto com escritores, pintores, artistas de cinema e teatro. Foi a sua faculdade da vida. Conheceu Manuel Campos Pereira, Soeiro Pereira Gomes, Miguel Torga, Alves Redol, todos grandes escritores. Nessa altura havia uma tertúlia, que juntava entre 20 a 25 pessoas, desde economistas, a professores, pintores, escritores, artistas de teatro. António Silva e João Villaret e os grandes vultos culturais da época passavam por lá.* -----

----- *Em 1959 chegou a trabalhar para a Livraria Diário de Notícias, também na Baixa, mas acaba por regressar à Lello. E em 1963 foi abrir o Centro do Livro Brasileiro, na Rua Rodrigues Sampaio, até que em Fevereiro de 1970 funda a emblemática livraria Ler, em Campo de Ourique.*-----

----- Quando abriu a Livraria Ler começou por fazer distribuições de pessoas amigas, em geral autores proibidos como o Padre Felicidade Alves ou Raúl Rego. Entre as editoras contava-se por exemplo a Raiz de Tomar, que só editava livros proibidos. Foi aí que começou a perseguição da PIDE. Sabendo que Luis Alves era o distribuidor da Raiz e que recebia livros brasileiros proibidos.-----

----- Também os jovens estudantes iam comprar à Ler, às escondidas, os livros proibidos e censurados. Muitos ainda recordam esse ambiente da livraria, viam-se grupinhos a conversar, a discutir, e quando entrava alguém que não conheciam, disfarçavam a conversa.-----

----- Foi um cidadão, quase anónimo, que no seu trabalho e no seu projecto de distribuição livreira, assumiu a coragem de combater o fascismo e o obscurantismo. Assumiu, de certa forma, o papel de, através dos livros, alimentar as ideias, o pensamento livre e a construção da democracia. A cidade, o bairro, isso lhe devem. ---

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 27 de janeiro de 2015, delibera manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Luis Alves Dias e apresentar as suas mais sentidas condolências e solidariedade, perante a sua dolorosa perda, junto da família enlutada.-----

----- Lisboa, 27 Janeiro 2015-----

----- O Deputado Municipal Pedro Cegonho-----

----- O Líder do Grupo Municipal do PS - Rui Paulo Figueiredo.-----”

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação o **Voto de Pesar Pelo Falecimento de Luís Alves Dias**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

“-----VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO DOUTOR MIGUEL GALVÃO TELES-----

----- O Doutor Miguel Galvão Teles, falecido aos 75 anos na passada sexta-feira, 23, foi um dos mais notáveis juristas portugueses, uma figura fundamental na construção jurídico-constitucional do Estado democrático e Conselheiro de Estado, e um advogado que, no foro internacional, teve intervenções decisivas em prol de interesses vitais de Estados lusófonos.-----

----- Nascido na Foz do Douro, Porto, em 4 de outubro de 1939, fez toda a sua escolaridade em Lisboa. Foi o melhor aluno do seu curso jurídico – galardoado com prémios Gulbenkian aos 20 e aos 22 anos – e um dos mais distintos de sempre na história da Faculdade de Direito de Lisboa, onde lecionou Direito Constitucional. E foi em Lisboa que sedeou a sua atividade profissional de advogado e de jurisconsulto.

----- Miguel Galvão Teles foi coautor da Lei Constitucional n.º 3/74, que regeu o Estado até à aprovação da Constituição da República Portuguesa, em 2 de abril de 1976. Foi coautor do Pacto MFA-Partidos e conselheiro presidencial na sua execução. Foi coautor do Estatuto Político-Administrativo das Regiões Autónomas. --

----- Foi o autor material do acordo sobre Cahora-Bassa, em 1975, entre Portugal, Moçambique e a África do Sul. Foi o autor da Proclamação da Independência de Angola, lida pelo Alto-Comissário Português, a 10 de novembro, em Luanda, e do

Parecer que fundamentou o reconhecimento da República de Angola por Portugal, em 1976. -----

----- Foi sua a proposta de que Portugal não deveria reconhecer a proclamação unilateral da independência da República Democrática de Timor-Leste, pelo Governo da Fretilin, em 1975 – o que permitiu ao nosso País continuar a ser o Sujeito de Direito Internacional legítimo no processo de autodeterminação e independência de Timor. Foi ainda o advogado Miguel Galvão Teles que representou os interesses timorenses na delimitação das suas águas territoriais – o chamado “Timor Gap” – e na arbitragem internacional dos direitos petrolíferos de Timor-Leste perante a Austrália. -----

----- O papel de Miguel Galvão Teles na consolidação constitucional portuguesa e na sua interpretação e vivificação institucional, foi essencial. Fez parte da Comissão Constitucional, o órgão que antecedeu o Tribunal Constitucional e que muito contribuiu para o seu “corpus” doutrinário. Foi conselheiro de Estado de nomeação presidencial, de 1982 a 1986, num tempo de reconfiguração constitucional da função presidencial. -----

----- Miguel Galvão Teles foi sempre um cidadão civicamente empenhado. Foi dirigente da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa e, aquando da Crise Estudantil de 1962, assumiu a defesa jurídica das duas dezenas de estudantes que foram expulsos da Universidade de Lisboa. Ainda nessa altura, foi membro dos órgãos da JUC, a Juventude Universitária Católica. Miguel Galvão Teles aderiu ao Partido Socialista, em 1978. Em meados da década de oitenta, foi dirigente do Partido Renovador Democrático. -----

----- A atividade de Advogado de Miguel Galvão Teles mereceu o mais alto reconhecimento internacional. Foi o primeiro português a receber, em 2006, o Prémio Internacional de Advocacia “Chambers Lifetime Achievement Award”. Participou em operações financeiras e projetos de grande dimensão e complexidade, em Portugal e no estrangeiro. Realizou arbitragens de Direito Internacional Público e era membro do Tribunal Permanente de Arbitragem, de Haia. Foi presidente da Comissão Instaladora do TAS, o Tribunal Arbitral do Desporto. -----

----- Amante do Desporto, Miguel Galvão Teles foi durante 11 anos presidente da Assembleia Geral do Sporting Clube de Portugal – e recebeu a maior distinção dessa agremiação desportiva. -----

----- Os serviços do Doutor Miguel Galvão Teles à República Portuguesa foram reconhecidos ao mais alto nível. Foi condecorado com a Grã-Cruz da Ordem do Infante, em 1986, e com a Grã-Cruz da Ordem de Cristo, em 2004. -----

----- Em homenagem à memória do cidadão ilustre que foi Miguel Galvão Teles, o Grupo Municipal do PS propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa vote a expressão do seu pesar pelo seu falecimento, dando dele conhecimento à sua Família e guardando um minuto de silêncio. -----

----- Lisboa, 27 Janeiro 2015 -----

----- A Deputada Municipal Patrocínia Vale César -----

----- O Líder do Grupo Municipal do PS - Rui Paulo Figueiredo. ----- ”

----- **A Senhora Presidente da Assembleia:**-----
----- “O Grupo Municipal do CDS-PP anuncia que se associa ao Voto de Pesar por Miguel Galvão Teles. -----
----- Seguidamente, constatando não haver intervenções, submeteu à votação o **Voto de Pesar Pelo Falecimento do Doutor Miguel Galvão Teles**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. -----
----- “----- VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE MÁRIO JACQUES -----
----- *O actor e encenador Mário Jacques faleceu no passado domingo dia 25 de Janeiro.*-----
----- *Nascido em 1939 no Porto, Mário Jacques estreou-se no teatro em 1960 no Teatro Experimental do Porto.* -----
----- *Frequentou Escolas de Arte Dramática em Paris, Estrasburgo e Moscovo. Em Portugal, trabalha na Companhia Rey Colaço – Robles Monteiro, no Teatro Nacional D. Maria II.* -----
----- *Nos anos 70 foi um dos fundadores do grupo de teatro independente “Os Bonecreiros” e em 1990 obteve o prémio da Interpretação Masculina Palmira Bastos/António Silva, da Câmara Municipal de Lisboa, pela sua interpretação em “Quem Tem Medo de Virgínia Woolf”, de Edward Albee.*-----
----- *Passou pelo Teatro da Malaposta e no cinema atuou sob a direcção de António de Macedo, António Cunha Teles, Paulo Rocha, João Botelho e João Mário Grilo.* -----
----- *Ao longo da sua carreira participou igualmente em diversas produções televisivas, foi co-autor de “Os Actores na Toponímia de Lisboa” e traduziu livros sobre a História do Teatro.*-----
----- *Foi membro da Direcção do Sindicato dos Trabalhadores dos Espectáculos (STE), Coordenador do Sindicato (entre 1985 e 1993) e mais tarde presidente da Assembleia Geral, cargo que ocupou até 1997.*-----
----- *Foi militante do Partido Comunista Português desde 1972, tendo pertencido à Direcção do Sector Intelectual da Organização Regional de Lisboa.* -----
----- *O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão de dia 27 de Janeiro de 2015, delibere: -----*
----- *A) Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Mário Jacques e apresentar as suas mais sentidas condolências e a solidariedade perante a dolorosa perda à família; -----*
----- *B) Guardar um minuto de silêncio; -----*
----- *C) Propor que seja considerada a atribuição do seu nome como actor e encenador a um local significativo da cidade. -----*
----- *O Deputado Municipal do PCP - António Modesto Navarro -----* “
----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação o **Voto de Pesar Pelo Falecimento de Mário Jacques**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. -----
----- “Neste momento a Assembleia, de pé, prestou um minuto de silêncio em homenagem às personalidades constantes dos votos de pesar) -----
----- Foram apresentados os seguintes documentos para votação:-----

----- **Moção nº 1/55**, apresentada pelo BE, “Pelo Direito a Cuidados de Saúde Públicos para Todos”, que é anexada a esta Ata como anexo 1 e dela faz parte integrante. -----

----- **Moção nº 2/55**, apresentada pelo PS e subscrita por todos os Grupos Municipais e Deputados Municipais Independentes, “Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto”, que é anexada a esta Ata como anexo 2 e dela faz parte integrante, ----

----- **Recomendação nº 1/55**, apresentada pelo PCP, Contra os Critérios de Injustiça Social Usados na Proibição da Circulação Automóvel em Lisboa no Âmbito da Implementação das Zonas de Emissões Reduzidas”, que é anexada a esta Ata como anexo 3 e dela faz parte integrante,-----

----- **Recomendação nº 2/55**, apresentada pelo BE, “Pela Transparência do Planeamento Urbanístico e da Política de Alienação de Ativos Imobiliários do Município”, que é anexada a esta Ata como anexo 4 e dela faz parte integrante, -----

----- **Recomendação nº 3/55**, apresentada pelo MPT, “Por uma Reprogramação da Aplicação da 3ª Fase das ZER”, que é anexada a esta Ata como anexo 5 e dela faz parte integrante, -----

----- **Recomendação nº 4/55**, apresentada pelo PEV, “Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica: Departamento Estratégico para a Câmara Municipal de Lisboa”, que é anexada a esta Ata como anexo 6 e dela faz parte integrante, -----

----- **Recomendação nº 5/55**, apresentada pelo PCP, “Terreno ladeado pelas Ruas Augusto Macedo, Pires Jorge e Manuel Rodrigues Silva com futuro incerto há 20 anos em Telheiras”, que é anexada a esta Ata como anexo 7 e dela faz parte integrante,-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **PONTO 1 – DECLARAÇÕES POLÍTICAS;**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia:**-----

----- “Uma vez por mês nesta Assembleia Municipal temos um tempo especial dedicado a declarações políticas dos vários grupos municipais ou Senhores Deputados Municipais Independentes, para se pronunciarem sobre o assunto que entenderem, sendo que no final haverá votações sobre os documentos apresentados. -----

----- A Mesa recorda que o Regimento diz, no seu artigo 40, que os Senhores Deputados Municipais podem apresentar moções e recomendações no máximo de uma por cada força política. -----

----- Acontece que no caso do Grupo Municipal do PCP foi apresentada uma moção e uma recomendação, mas a Mesa reclassificou a moção como recomendação. Em todo o caso entendemos que devem ser aceites os dois documentos, que é o limite previsto no Regimento. Se ninguém objetar, assim se fará.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Arruda (MPT):**-----

----- “O Partido da Terra escolheu para a primeira declaração política do ano o tema da mobilidade e acessibilidade. -----

----- Os últimos tempos têm sido marcados por um conjunto de acontecimentos e decisões que importa trazer à discussão nesta Assembleia, uma vez que estas evidenciam a política contraditória e superficial levada a cabo pelo atual executivo. ----

----- No passado dia 15 de Janeiro, os veículos anteriores a 2000 deixaram de poder circular no eixo, compreendido entre o Marquês de Pombal e o Terreiro do Paço, num horário entre as 7h às 21 horas, por outro lado os veículos anteriores a 1996 veem alargada a sua restrição de circulação, até quase metade da cidade. -----

----- Trata-se da implementação da terceira fase da Zona de Emissões Reduzidas (ZER), uma medida aplicada pelo município que teve como principal objetivo a melhoria da qualidade do ar no centro da cidade e o cumprimento das metas ambientais fixadas ao nível da comunidade europeia.-----

----- Porém, são várias as exceções a estas restrições, a saber, residentes, vários tipos de veículos, quer de emergência, de pessoas com mobilidade condicionada, históricos, movidos a gás natural e GPL, de polícia, militares, de transporte de presos, blindados de transporte de valores e motocicletas. Todavia, apesar destas exceções, continuam a existir outras, que na nossa opinião irão manifestamente complicar o funcionamento da cidade. -----

----- Para além das restrições expostas anteriormente, também os táxis terão um período de exceção, sendo que apenas em Julho de 2017, as regras aplicadas aos veículos em geral, passam a aplicar-se também a estes veículos, ou seja, na zona 1 só podem circular carros com matrícula posterior a 2000 e na zona 2 posterior a 1996. ----

----- Face ao exposto, o Partido da Terra aproveita para recordar as declarações do então Vereador Nunes da Silva, ao JN de 29 de Fevereiro de 2012, onde apontou os táxis como responsáveis por 58% dos gases poluentes, lamentando que os profissionais do sector não tenham ainda feito as renovações das frotas, o que deveria ter ocorrido até Janeiro de 2010, apesar de iniciativas da autarquia para facilitar este processo. -----

----- Lisboa não é a primeira cidade europeia a restringir a circulação de veículos como forma de controlar os indicadores ambientais. Roma ou Berlim são exemplos opostos do sucesso da implementação desta medida. Contrariamente a Roma, a cidade alemã tem alicerçado o seu sucesso no rigoroso controlo automático de matrículas e na eficácia da fiscalização e penalização. -----

----- Há cerca de 2 anos atrás, em declarações ao Jornal Público, os responsáveis Camarários apontavam para uma melhor eficácia na fiscalização, sendo que o próximo passo seria “lançar o procedimento para a aquisição das câmaras de leitura de matrículas” e arranjar o “*software* de ligação à polícia municipal”. Era garantido que o investimento, que rondava os 75 mil euros, estava previsto no orçamento municipal para 2013, pelo que “não haveria problema” em avançar. -----

----- Em Lisboa, na implementação das duas primeiras fases os números da fiscalização das ZER são tudo menos famosos. Em 2012 foram levantados 202 autos, em 2013, 50, em 2014, 87, e até 13 de Janeiro do presente ano, 12, menos de um auto por dia. Chegamos à entrada em vigor da 3ª fase, e o projeto de leitura de matrículas para suporte à fiscalização continua a ser uma falácia, com todas as implicações que daí advém.-----

----- A implementação da 3ª fase das zonas de emissão reduzida foi aprovada em reunião de Câmara Municipal no final de Outubro, não sendo do nosso conhecimento

qualquer campanha de sensibilização junto da população. O arranque ficou marcado por uma mega operação stop, montada com grande aparato, onde a sensibilização deu lugar à repressão, sobre Lisboa e visitantes. -----

----- A falta de eficácia na fiscalização reflete-se nos resultados da implementação das últimas duas fases. Segundo declarações de Francisco Ferreira, responsável por um estudo da FCT sobre a implementação destas restrições de acessos, *"os valores [atuais] ainda excedem os limites máximos estabelecidos pela União Europeia", quanto às emissões poluentes de partículas e dióxido de carbono, o que, a seu ver, se deve em grande parte ao tráfego automóvel.*" -----

----- Como é conhecimento geral, nos últimos anos temos vindo a assistir a uma redução generalizada de tráfego, refletido na diminuição do consumo de combustíveis. No entanto, para o período em questão, verificou-se a implementação de um novo zonamento do estacionamento na cidade, com a EMEL a implementar, e bem, um sistema de coroas, onde o custo do estacionamento é mais penalizado no centro da cidade comparativamente às zonas limítrofes, permitindo assim, promover uma maior e melhor mobilidade. -----

----- O Partido da Terra acredita que estes factos contribuíram mais para a melhoria da qualidade do ar, do que a implementação das duas primeiras fases da ZER, que não tiveram uma fiscalização eficaz. Assim, não acreditamos que a introdução da terceira fase nos atuais moldes, vá trazer grandes contributos para a melhoria da qualidade do ar, especialmente face aos impactos negativos trazidos aos Lisboa. -----

----- A introdução desta terceira fase traz consigo importantes questões de exclusão social, pois restringe a circulação a todos aqueles que não tem condição de trocar de veículo, que possuem veículos anteriores a 2000 e que não encontram soluções nos transportes públicos para satisfazer as suas necessidades de mobilidade. -----

----- Aliás, as perspetivas sobre os serviços de transportes públicos são tudo menos favoráveis. Ainda recentemente foi comunicado mais uma diminuição de comboios na Linha de Cascais, um dos principais meios de transporte de acesso à cidade e em especial à área de maior restrição. Também, nos últimos dias foram públicas notícias, que gostávamos de ter a confirmação por parte do executivo, e que assenta no veto do primeiro-ministro sobre a municipalização do Metro e Carris. -----

----- Se no sector dos transportes, a Câmara não tem autonomia, nas áreas do estacionamento e urbanismo tem competências diretas. Ora vejamos. Ao nível da política de estacionamento, ao invés de se favorecer uma política de parques de estacionamento na entrada da cidade, junto aos principais terminais de transportes, nomeadamente junto ao metro, a Câmara Municipal tem vindo a privilegiar a construção e autorização de parques de estacionamento no centro da cidade, exemplo do Campo das Cebolas. -----

----- No que concerne ao urbanismo, mesmo apesar da crise do imobiliário, a CML aprovou na Av. Fontes Pereira de Melo uma torre de escritórios com 17 andares, um parque com seis pisos de estacionamento subterrâneo, com capacidade para 194 lugares de estacionamento privativo e 49 de uso público. -----

----- Numa altura onde pretendemos retirar carros das zonas mais congestionadas na Cidade de Lisboa, incentiva-se a construção de parques no centro da cidade e autoriza-se projetos megalómanos que trazem mais veículos para o interior da mesma.

----- O Partido da Terra concorda com a necessidade de diminuição de poluentes no centro da cidade e concorda com a aplicação de ZER's. Contudo, discorda da aplicação cega das medidas adotadas, sem a sua devida avaliação e discussão, em particular, desta última fase. A implementação de medidas sem uma concreta fiscalização leva ao descrédito da sua eficácia. O mesmo se aplica ao elevado regime de exceções, que coloca em causa o princípio de igualdade. -----

----- Continuamos com os problemas dos táxis por resolver, um sector especialmente poluente, mas o medo de comprar uma guerra com este sector, em especial em ano de eleições, fez com que o executivo optasse por dilatar o prazo de adaptação por mais dois anos. -----

----- Se por um lado, compreendemos a dificuldade dos taxistas em efetuarem a renovação e/ou transformação da sua frota, por outro lado, também abarcámos as dificuldades da população residente e não residente, em trocar de carro, numa época ainda de crise e cujos rendimentos dos portugueses se encontram especialmente afetados. -----

----- Assim, o Partido da Terra propõe na sua recomendação, que o executivo promova uma discussão do regulamento ZER, junto da Assembleia Municipal de Lisboa, com o objetivo de recomendar medidas que permitam uma redução mais sólida de melhorar a qualidade do ar na cidade, sem colocar em causa os princípios de igualdade entre os cidadãos. Propõem, também que seja alargado os prazos do atual regime geral, aos prazos dados pelos taxistas.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Campolide:-----

----- “Muito tem sido dito por muitos, provavelmente sem olhar devidamente para o enquadramento desta questão. Sem pretender abusar da paciência dos Senhores Deputados Municipais e da Senhora Presidente, eu queria deixar aqui um breve enquadramento. -----

----- Em 2008 foi aprovada uma diretiva comunitária que fixou os objetivos e os parâmetros para a qualidade do ar, de forma a reduzir, a prevenir e a evitar os seus efeitos nocivos para a saúde humana. Como é do conhecimento de todos, as diretivas comunitárias são de transposição obrigatória e imediata e a proteção da saúde pública por parte dos governantes, um bem precioso que tem que ser protegido. -----

----- Essa diretiva foi transposta para o nosso ordenamento jurídico sob a forma de um Decreto-Lei, que determina para as zonas onde os níveis de poluentes são superiores aos valores limite a elaboração de planos de melhoria da qualidade do ar. -----

----- Por outro lado, é sabido que desde 2001 Lisboa apresentava sucessivamente concentrações de poluentes acima dos valores legais, colocando em risco a saúde pública. Este facto originou, para nossa vergonha também, um processo contencioso contra Portugal pela Comissão Europeia no Tribunal de Justiça Europeu. Assim, a CCDR de Lisboa e Vale do Tejo, que também tem responsabilidades nesta questão,

celebrou com a Câmara e mais entidades um programa de melhoria da qualidade do ar, com um plano a ser aplicado na nossa cidade.-----

----- Uma das medidas foi a introdução de uma zona de emissões reduzidas. Depois da implementação das primeiras três fases, e não vos maçando com a descrição das mesmas, temos que os resultados são que as reduções dos poluentes para os diferentes elementos oscilam entre os 6% e os 16%.-----

----- É entendimento do Grupo Municipal do PS que este é um resultado positivo, mas o facto de ainda ser insuficiente e da nossa cidade não se encontrar neste momento dentro dos limites que estão definidos implica a implementação de novas etapas. Visto que até agora temos tido bons resultados, achamos que o caminho será continuar aquilo que está agora a ser definido.-----

----- Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Municipal do MPT, queria dizer que a Quarta Comissão, na qual tem assento e onde temos falado várias vezes sobre este assunto, já pediu os bons ofícios da Senhora Presidente para reclamar junto da Câmara mais elementos que tecnicamente nos possam dar outra forma de conseguirmos analisar esta questão, porque é nosso entendimento e isso foi expresso nessa mesma Comissão que se está a falar muito deste assunto mas que se está a falar com pouco rigor e com poucos elementos fáticos.-----

----- Achamos que, como está combinado, depois de termos esses elementos podemos fazer uma discussão mais aprofundada e inclusivamente trazer novamente esse assunto a esta Assembleia.-----

----- Dizer que, relativamente ao calendário para o setor dos táxis, esta questão não se prende com eleitoralismo ou estar a comprar guerras, prende-se com o facto de ser diretamente o exercício de uma profissão, de implicar o sustento de muitas famílias e daí a Câmara, e bem no entender do nosso grupo municipal, deu um período alargado de adaptação a esses profissionais, o que nos leva a discordar daquilo que foi dito pelo MPT.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE):**-----

----- “Relativamente a este tema das ZER, da questão da poluição e da necessidade óbvia que existe de limitar a emissão de gases poluentes dentro da cidade e relativamente a esta recomendação especificamente, no seu ponto primeiro deliberativo, gostaríamos de questionar, tendo em conta todo o enquadramento que foi feito de que existe aqui um problema em conseguir fazer um equilíbrio entre os transportes públicos, que é a nosso ver a única coisa que de facto vai ajudar a reduzir o número de carros a circular dentro da cidade, com uma maior fiscalização e como forma a credibilizar a medida, como está aqui indicado.-----

----- Não nos parece que uma maior fiscalização, que tem um carácter de ataque social, que vá resolver o problema. Aqui o que tem que ser visto com mais atenção e relacionando com todo o debate que foi tido durante os últimos meses, com a questão dos transportes públicos, só com um sistema de transportes que seja eficiente e tenha qualidade suficiente para incentivar as pessoas a quererem utilizá-lo é que se vai conseguir de facto reduzir o número de carros a circular na cidade, não é a fiscalização ainda maior.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Arruda (MPT):**-----

----- “Eu só quero dizer que isto foi mais uma pressão sobre a Câmara, para que a Comissão de Ambiente possa discutir este processo, que acho que é bastante importante que seja discutido. -----

----- Quanto ao ponto dos transportes públicos, da Senhora Deputada Municipal do BE, a fiscalização é necessária, porque se não houver fiscalização toda a gente passa por cima do que está estabelecido. -----

----- Os transportes públicos podem funcionar e bem se tomarem as medidas dos grandes parques de estacionamento à entrada da cidade, junto das estações de caminho-de-ferro da periferia, a um preço simbólico. Isso evita que venham carros para o centro da cidade, que os transportes públicos andem com maior velocidade, que o preço por passageiro seja menor porque se transportam mais passageiros no mesmo espaço de tempo. Essa é a medida e é uma medida que vai reduzir a poluição. -----

----- Para reduzir a poluição temos que reduzir ao mínimo os carros entrados na cidade e não é com parques a serem construídos no centro da cidade que se faz isso. Ao construírem-se parques no centro da cidade é a mesma coisa que dizer ‘tragam os carrinhos’. Os parques no centro da cidade são um negócio e mais nada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Ferreira de Lemos (CDS-PP):**-----

----- “Uma recorrência dentro deste mandato e desta Câmara tem sido aquilo a que podemos chamar a política de caça à multa. Constatamos esta realidade com a insistente caça à multa nos lixos, em que a Câmara exige muito mais rigor aos municípios do que ela própria pratica quanto a qualidade e eficácia. -----

----- Esperamos um comportamento diferente por parte das Freguesias e que se concentrem mais nas despesas relacionadas com o objetivo de uma autarquia do que em gastos, como tantas vezes acontece, que em nada correspondem às necessidades dos fregueses e dos municípios. -----

----- É prevenindo, é dando o exemplo de uma atuação segundo as boas práticas que Município e Freguesias poderão exigir das pessoas melhores comportamentos e atuações corretas. Não é com as constantes ameaças das multas que teremos uma cidade mais agradável e autarquias mais eficazes. -----

----- Esforce-se a Câmara por alterar esta política e prática e insista num sistema da recolha de lixo existente, que como todos constatamos é insuficiente para a cidade, para os moradores, para os comerciantes e para os visitantes da cidade. -----

----- Num outro plano, no plano da circulação automóvel, também a Câmara revela o tique de caça à multa e de proibir por proibir. Agora é a circulação automóvel de viaturas mais antigas. Desde logo não se vislumbra o objetivo de redução de emissões e melhoria do ambiente, porque são tantas as exceções dos veículos mais poluentes e mais antigos. -----

----- Não têm em conta, e para o CDS é muito importante, a desvalorização do património de muitos lisboetas e comerciantes de Lisboa e de todo o País, sobretudo aqueles com mais modestos recursos. Também porque favorece aos automóveis modernos e caros e condena os mais antigos ao estacionamento e a uma espécie de imobilidade perpétua, contínua e sistemática. Acima de tudo porque não foi

apresentado nenhum estudo de impacte ambiental que permita aferir e avaliar tais medidas restritivas da mobilidade e da propriedade, que mais parecem só induzir uma vez mais a caça à multa, sempre a política e a prática da caça à multa. -----

----- É por isso, provavelmente, que o passivo da Câmara tem vindo a diminuir, como hoje foi anunciado pelo Senhor Vice-Presidente. -----

----- A este propósito, gostaríamos de ser informados da evolução do estado do ar, não só no Marquês/Avenida da Liberdade, mas também nas suas perpendiculares e paralelas, para onde foi transferido o trânsito após a trapalhada da ‘Operação Marquês’. Estou-me a referir, obviamente, à ‘Operação Marquês’ de trânsito. -----

----- Para concluir, a caça à multa é a regra no lixo, no trânsito, nas viaturas com mais anos e por aí fora. A Câmara toma medidas um pouco demagógicas, com muita injustiça e precipitadas. Aconselhamos pelo menos um período de transição mais alargado, bem como a aplicação prévia das medidas de sensibilização ao que se pretende proteger, que é o ambiente, mas sem nunca desproteger também a propriedade das pessoas e dos municípios.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Campolide:-----

----- “Muito brevemente, primeiro dizer que assistimos a uma intervenção do Deputado Municipal do MPT a queixar-se que a Câmara não multa, depois assistimos a uma intervenção do Deputado Municipal do CDS a dizer que a Câmara só pratica a caça à multa. Portanto, o balanço que o Grupo Municipal do PS faz é que a verdade estará algures aqui no meio e a Câmara está de parabéns, porque entre os que se queixam que não multamos e os que se queixam que multamos muito, certamente será sinal que a Câmara está a agir bem. -----

----- Dar também os parabéns à Câmara porque acho que registámos aqui um momento que será bastante elucidativo do dia de hoje, que foi termos um Deputado Municipal do CDS a reconhecer explicitamente, ainda que por efeito da caça à multa, os bons resultados financeiros que a Câmara Municipal teve. Portanto, deixar aqui em nome do Grupo Municipal do PS os parabéns ao Vereador Fernando Medina, pelo reconhecimento que obteve hoje aqui por parte da oposição.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ferreira de Lemos (CDS-PP)**:-----

----- “Não devia ter estado muito atento ao que eu disse, porque de facto foi com um certo cinismo que associei a diminuição do passivo à caça às multas.-----

----- Por outro lado, quando vemos aqui uma diferente perspetiva de vários partidos relativamente à multa e ao comportamento da Câmara, isso só prova que estamos numa Assembleia democrática a que eu me orgulho de pertencer.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Lobo (PS)**:-----

----- “No ano de 2007, quando o Doutor António Costa tomou posse como Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, encontrou uma situação financeira do Município num estado calamitoso, com um passivo largamente superior a mil milhões de euros e uma dívida a fornecedores a alcançar níveis absolutamente estratosféricos num montante global superior a 400 milhões de euros. A situação que então se verificava comprometia gravemente a prossecução das atividades basilares do Município e

ameaçava, se não atalhada com determinação e sucesso, paralisar irremediavelmente a atividade da Câmara Municipal de Lisboa com os gravíssimos prejuízos que adviriam para todos quantos vivem e trabalham na nossa cidade. -----

----- Perante o quadro descrito, não é difícil compreender que as finanças do Município tenham sido um dos temas centrais do programa eleitoral do PS nas eleições intercalares de 2007, integrando o que apropriadamente designámos o tempo da urgência. Entre outras medidas, constava do programa apresentado aos lisboetas o encerramento das contas do Município com a circularização da conta de fornecedores, elaboração e aprovação pela Câmara Municipal de um plano de saneamento financeiro, pagamento até ao final de outubro de cerca de 2500 pequenos créditos a fornecedores, o que dá bem a ideia da situação difícil e diria mesmo dramática que se vivia, a diminuição drástica das assessorias externas, a moralização do trabalho extraordinário, a análise de todos os contratos de prestação de serviços. -----

----- Em suma, um programa de guerra para uma situação absolutamente dramática. ---

----- Tomámos esta semana conhecimento das declarações do Senhor Vice-Presidente do Município, Doutor Fernando Medina, relativamente aos dados preliminares de 2014 sobre a dívida global do Município, a dívida a fornecedores e o prazo de pagamento a fornecedores. Tais dados, traduzindo-se numa fortíssima redução da dívida total do Município que, excluída a situação da Bragaparkes, será de 516 milhões de euros e na quase eliminação da dívida a fornecedores e uma situação de pronto pagamento aos fornecedores, constituem resultados que muito orgulham o PS e esta bancada municipal. -----

----- Assim é desde logo porque evidencia uma gestão rigorosa e um reforço a todos os títulos meritório do Executivo na consolidação da situação financeira da Câmara, indispensável para que a mesma continue a ter condições para investir, para fazer obra, para continuar a melhorar a qualidade de vida dos lisboetas e a ser um destino de eleição para todos quantos nos visitam. -----

----- Também porque a anulação da dívida aos fornecedores e o pagamento a tempo e horas se traduzem num dado absolutamente fundamental para um amplo conjunto de empresas e agentes económicos da cidade, contribuindo para a preservação e criação de postos de trabalho num contexto que continua a ser, não obstante os delírios de muitos dos nossos governantes, profundamente difícil para a cidade e para o País. -----

----- Por outro lado ainda, tais dados são bem elucidativos da visão e da coerência estratégica entre o programa, os propósitos e os objetivos de 2007 e a realidade que encontramos sete anos depois. Não se tratou de recuperar conjunturalmente a situação financeira do Município para gastar em 2009 ou em 2013, em busca de uma qualquer reeleição, abandonando e relaxando o esforço uma vez obtida essa reeleição. Pelo contrário, é um esforço que persiste, que continua sem calculismos e sem olhar a ciclos eleitorais, a bem de Lisboa. -----

----- Por fim, porque apesar dos resultados que classificaria de extraordinariamente positivos e apesar dos sucessos alcançados na gestão das finanças da Cidade de Lisboa, persistem riscos muito sérios sobre essas mesmas finanças que resultam nomeadamente do tremendo golpe que o Governo do Doutor Passos Coelho pretende

assestar à nossa cidade com a famigerada Lei da Reforma das Finanças Locais, que pretende nomeadamente suprimir um conjunto de receitas vitais para a cidade sem tratar de equacionar qualquer outra alternativa de financiamento. -----

----- Confiamos firmemente que esta Lei seja revogada, ou no mínimo expurgada de tamanhas enormidades no quadro de um novo Governo, um Governo liderado pelo Doutor António Costa. -----

----- Termino reiterando que este Executivo Municipal pode contar com o apoio do Grupo Municipal do PS, para continuar a trilhar um caminho de consolidação orçamental que não é sinónimo de cortes na capacidade de investimento do Município. Pelo contrário, é condição fundamental para que esse investimento continue a ser feito em benefício da cidade e dos lisboetas.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Luísa Aldim (CDS-PP):** -----

----- “O CDS queria só questionar aqui duas perguntas muito rápidas. Primeiro nós gostávamos de saber o porquê desta propaganda nesta altura, uma vez que até à data a apresentação de contas ainda não aconteceu. Nós gostaríamos de saber se existe aqui um reconhecimento por parte do PS no desrespeito pelos órgãos municipais, uma vez que isto está a acontecer pela ordem inversa. -----

----- Em segundo, gostávamos também de saber porque é que a apresentação do inventário continua a ser adiada, ou se calhar não é bem adiada, mas esquecida, uma vez que o CDS já pediu inúmeras vezes que este inventário fosse mostrado ao Município e até à data ainda não obtivemos qualquer tipo de resposta.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Lobo (PS):**-----

----- “Naturalmente não me vou pronunciar sobre o inventário, penso que isso não será exatamente um tópico que aqui tenha cabimento direto nas declarações que fiz, mas queria apenas deixar uma nota sobre o incómodo do CDS sobre os dados que foram apresentados pelo Senhor Vice-Presidente numa sessão pública, sendo do conhecimento de todos os Deputados Municipais. Não está implícito qualquer conhecimento que nós tenhamos dos dados e que outros Deputados Municipais não tenham. -----

----- O vosso problema, fundamentalmente, é que o PS a nível da Cidade de Lisboa tem dados e tem resultados positivos para apresentar e vocês não têm essa correspondente a nível nacional. Esse é que é o vosso problema, esse é que é o vosso incómodo.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN):**-----

----- “Entrou neste momento na ordem do dia a discussão sobre as virtualidades ou não do modelo proposto pelo governo às autarquias para uma transferência de competências no âmbito da educação, tendo em vista a municipalização do sistema educativo para os primeiro e segundo ciclos. -----

----- A municipalização de per si não nos parece ter nada de negativo, dependendo no entanto da forma como esta é feita. O que é que se pretende passar para os municípios? A possibilidade de estes promoverem um ensino de mais qualidade que o atual, juntamente com os recursos adequados, ou tão somente a transferência das manifestações de professores da Assembleia da República para a Praça do Município.

Só podemos suspeitar que a primeira hipótese no atual enquadramento, não faz qualquer sentido. A primeira vez que ouvimos falar neste projeto foi a propósito de incentivos de repartição de “lucros” provenientes do despedimento de professores. ----
----- No dia 15 de janeiro de 2015, o regime de delegação de competências nos municípios e entidades intermunicipais no domínio da educação foi aprovado em Conselho de Ministros. Neste enquadramento parece-nos que os Municípios que alinharem sob estes critérios não estarão a cuidar da educação no Concelho respetivo, mas tão-somente a executarem políticas que outros já não estarão cá para executar e atuarem apenas como algozes de substituição. -----
----- Assim sendo, onde fica aquilo que verdadeiramente nos devia preocupar? Quais os resultados da educação atual? Estamos a formar portugueses mais saudáveis? Estamos a formar melhores cidadãos com melhores princípios de ação no dia a dia ou vamos apenas continuar a invetivar os comportamentos dos corruptos que a nossa sociedade formou? Como exemplo, vamos continuar a considerar que algumas áreas educativas como a educação física (e porque não mental) ou a educação para a cidadania são opcionais? Meditem um pouco apenas no próprio paradoxo. Dizemo-nos muito preocupados com a corrupção e consideramos que a educação para a cidadania é opcional! E já agora, quanto à definição dos conteúdos curriculares. É-nos dito que esta competirá aos municípios. Quer isto dizer que a visão da cidadania e do correto comportamento cidadão poderá ser uma em Viseu, em Lisboa ou em Beja?-----
----- A proposta contratual de que tomámos conhecimento tem demasiadas lacunas e deixa demasiadas interrogações para que seja possível fazer uma análise rigorosa sem comprometer o futuro. Antes de mais há que mudar de atitude para com o ensino e colocá-lo de vez ao serviço dos cidadãos e da sua felicidade.-----
----- A educação tem que passar a ser um instrumento para a realização integral do ser humano, para a criação de uma sociedade harmoniosa de homens livres em vez que criar seres conformados com uma sociedade que apenas se preocupa em disponibilizá-los a baixo custo para a prossecução de interesses que lhe são alheios. -----
----- “*Mens sana in corpore sano*”, frase antiga que indicava um caminho para a sociedade, algo que o sistema educativo deveria seguir de perto ao invés de nos afastar cada vez mais. O que temos hoje é um lugar cimeiro no consumo de antidepressivos. Urge mudar de caminho.” -----
----- **A Senhora Deputada Municipal Cristina Andrade (BE):** -----
----- “No passado domingo fez-se história, a democracia voltou a casa e o povo grego disse bem alto que num regime democrático é mesmo o povo quem mais ordena. A democracia venceu as ameaças, a Grécia decidiu livremente sobre o seu futuro e decidiu rejeitar o caminho da austeridade, das ameaças, dos ditames dos mercados financeiros, da dívida e dos juros extorsionários. -----
----- No passado domingo, caíram por terra as inevitabilidades, elas mesmas, o antagonismo da democracia. A democracia faz-se de escolhas e o povo grego escolheu outro caminho que não a austeridade. -----
----- Esta austeridade inútil que ao longo dos últimos anos condenou milhares de pessoas à pobreza, retirou direitos laborais e sociais destruiu o contrato social entre

cidadãos e estado, aniquilou serviços públicos, privatizou quase tudo o que havia para privatizar, privou cidadãos de acesso a serviços públicos essenciais como a saúde ou a educação e originou uma das maiores ondas de emigração desde há anos a esta parte. --

----- Esta austeridade inútil que virou povos contra povos, criando chavões como “Portugal não é a Grécia” e fomentando uma novilingua em que não há trabalhadores mas colaboradores, em que não há despedimento mas requalificação, em que não há emigração mas uma saída da zona de conforto, em que direitos passam a ser regalias.--

----- Esta austeridade que nos roubou o presente e nos empenhou o futuro tem que acabar. E irá acabar. -----

----- Em Portugal, a austeridade tem consequências bem visíveis: perda de salário, perda de subsídio de natal e de férias, perda de feriados, perda de direitos laborais, destruição da contratação coletiva, baixa de salários, emigração atingindo uma dimensão superior à dos anos 60/70, privatização de empresas públicas, destruição dos serviços públicos, designadamente da educação, transportes e da saúde. -----

----- O setor da saúde é, aliás, particularmente paradigmático, pois deixa bem claro que, não, não é possível fazer mais com menos e manter a qualidade. -----

----- Ao longo das últimas semanas, têm-se sucedido as notícias dando conta de enormes dificuldades sentidas nos serviços de urgência das unidades hospitalares do Serviço Nacional de Saúde (SNS): utentes internados em macas nos corredores, profissionais extenuados, doentes que aguardam horas e horas para serem atendidos sendo que se registaram mesmo casos de doentes que faleceram enquanto aguardavam atendimento. -----

----- Esta é uma situação grave e que deixa a descoberto um conjunto de falácias que o discurso da austeridade tentou passar como verdade. -----

----- Não, não é verdade que seja possível desorçamentar o SNS e manter a sua qualidade de funcionamento. -----

----- Não, não é verdade que seja possível fazer mais com menos. -----

----- Não, não é verdade que se possa fomentar a precariedade no SNS, descurando que tais medidas têm consequências nas equipas, na sua coesão, estabilidade e capacidade de trabalho. -----

----- Não, não é possível atrofiar os orçamentos hospitalares a ponto de se registar falta dos mais simples materiais (como luvas ou batas) ou terapêuticas mais caras (como medicamentos oncológicos ou biológicos) e considerar que isso não tem consequências.-----

----- As consequências existem e estão à vista: apesar do inexcedível empenho dos profissionais do SNS, a qualidade do serviço está a degradar-se. -----

----- É fundamental, portanto, implementar as ações necessárias a travar esta perda de qualidade, o que implica dotar o SNS do orçamento necessário ao seu funcionamento bem como assegurar a contratação pública dos profissionais em falta.-----

----- Essencial também é garantir o acesso de todos aos cuidados de saúde de que necessitam, algo que é compatível apenas com a prestação pública de serviços de saúde. A entrega a terceiros da prestação total ou parcial de serviços de saúde não

acautela a efetiva disponibilização desses serviços à população, deixando o SNS refém das opções de privados e/ou do setor social para o investimento a ser feito. -----

----- Por todos estes motivos, discordamos de qualquer tentativa de municipalização de serviços do SNS: a prestação de respostas sociais às populações é um serviço importante dos municípios, mas a sua disponibilização não pode nem deve ser confundida com gestão municipalizada de serviços de saúde. -----

----- A cidade de Lisboa apresenta particularidades da sua população que justificam respostas ajustadas (população idosa, estudantes, população flutuante ou turistas). Todavia, a disponibilização destes serviços deve ocorrer no âmbito do SNS, garantido a articulação necessária com os cuidados de saúde primários e a rede hospitalar e assegurando que todas as pessoas inscritas nas unidades de saúde têm médico de família, horários de atendimento compatíveis e acesso aos cuidados de saúde de que necessitam e aos quais têm direito. -----

----- Defender o serviço nacional de saúde é defender as pessoas. Defender os serviços públicos é defender as pessoas. Defender as pessoas, a sua dignidade e uma sociedade decente não é compatível com a defesa da austeridade. -----

----- As pessoas têm que ser o centro das decisões políticas, não os mercados financeiros. -----

----- Nesta declaração política, gostaríamos também de nos pronunciar sobre transparência do planeamento urbanístico e da política de alienação de ativos imobiliários do Município. -----

----- De facto, o Município de Lisboa é proprietário de um extenso património imobiliário na cidade, que tem a maior importância estratégica, quer pelas funções como o mesmo se encontra destinado, quer quanto à regulação do mercado imobiliário e à necessidade de reservar espaços para o futuro. -----

----- O atual executivo tem implementado a estratégia de alienação de património, em especial no que respeita ao “património imobiliário disperso”, tendo incidido sobre imóveis classificados e terrenos com elevado valor estratégico e urbanístico. -----

----- A política de planeamento urbanístico tem sido posta ao serviço da alienação de património imobiliário, numa clara inversão do que deveria ser uma correta planificação urbanística. A título de exemplo, refira-se o terreno onde se encontrava um Quartel do Regimento de Sapadores Bombeiros e um Museu, junto às instalações do Hospital da Luz, abrangido pelo Plano de Pormenor do Eixo Urbano Luz Benfica.--

----- Consideramos que a gestão dos ativos imobiliários do Município de Lisboa deve estar sujeita a planeamento estratégico, assente em critérios objetivos e compatíveis com o planeamento do futuro da cidade e a necessidade de preservar uma reserva estratégica de ativos imobiliários para a prossecução futura de políticas municipais. ----

----- Esta alienação, a existir, deve assegurar o máximo de transparência e impedir o tratamento privilegiado de qualquer operador, não apenas por razões económico financeiras, mas sobretudo para que permita a apresentação das mais variadas soluções para a futura utilização do património imobiliário, permitindo uma melhor escolha. -----

----- Assim, recomendamos que se proceda à inventariação do património imobiliário do Município, e apresente tal inventário à Assembleia Municipal, indicando relativamente a cada imóvel:-----

----- A sua composição e estado de conservação;-----

----- A sua afetação e utilização, devendo ser indicado, quando utilizado por entidades privadas, qual o título de utilização e eventual remuneração da utilização;-----

----- As perspetivas futuras de utilização;-----

----- Os instrumentos de planeamento urbanístico aplicáveis e as possibilidades urbanísticas.-----

----- Que se crie um registo relativamente a qualquer manifestação do interesse de privados pela aquisição a qualquer título, arrendamento ou utilização de ativos do património imobiliário do Município, dando o mesmo ao conhecimento periódico da Assembleia Municipal e dando-lhe ainda adequada publicidade.-----

----- Que se proceda à elaboração de um Plano Estratégico para a Gestão do Património Imobiliário do Município, a apresentar à Assembleia Municipal,-----

----- Que, na elaboração de planos urbanísticos e na decisão relativa a unidades de execução, se sinalize nas respetivas deliberações qualquer manifestação do interesse de privados pela aquisição a qualquer título, arrendamento ou utilização de ativos do património imobiliário do Município, e as alterações propostas aos planos que afetem esses ativos.-----

----- Que adote um prazo mais alargado para a realização de eventuais hastas públicas de bens do património imobiliário municipal, que permitam a todos os eventuais interessados, em condições de igualdade, estudar e, eventualmente apresentar pedidos de informação prévia.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Dias (PS):**-----

----- “Senhora Deputada Municipal Cristina Andrade, de acordo com o Grupo Municipal do PS a receita fiscal do Município tem diminuído significativamente nos últimos anos.-----

----- Se é verdade que se afigura imprescindível encontrar com o Governo um modelo alternativo de financiamento da administração local autárquica, é igualmente verdade que é sobre as autarquias locais que recai o ónus de delinear uma estratégia que permita fazer face a essa queda acentuada de receita.-----

----- Neste quadro, o cumprimento das metas estabelecidas no Orçamento Municipal deste ano, bem como nos anteriores e nas Grandes Opções do Plano 2015-2018, impõe uma monitorização eficaz e orientada para a redução da despesa e bem assim para a rentabilização e valorização dos ativos imobiliários municipais que compense a crescente diminuição de receitas.-----

----- Ora, tendo em vista tal rentabilização e valorização dos ativos imobiliários, os serviços municipais têm desenvolvido um trabalho no sentido de identificar ativos imobiliários não estratégicos, ou seja, não essenciais para a prossecução das atribuições municipais e em risco de desvalorização, mas com elevado potencial de valorização, suscetíveis de serem valorizados e rentabilizados por via da sua alienação em hasta pública.-----

----- Assim, ao invés do que refere o BE, a alienação resulta de uma política coerente e transparente, tendente à obtenção de receitas municipais fundamentais, porquanto incide sobre ativos imobiliários não estratégicos na aceção acima explicitada previamente publicitados em anexo ao Orçamento Municipal de cada ano. -----

----- Na identificação desses ativos imobiliários, tem havido a preocupação de assegurar uma transversalidade da oferta e adaptação ao mercado mediante uma combinação de usos e diferentes tipos de imóveis, mesclando prédios para reabilitação/adaptação e terrenos para construção. -----

----- A valorização desses ativos tem sido garantida através da realização de avaliações externas por empresas certificadas, tendo como premissas o melhor uso e a maior edificabilidade permitidas pelas normas legais e regulamentares aplicáveis. A alienação por hasta pública dos ativos imobiliários não estratégicos em alguns casos e de forma assumida pelo Executivo Municipal responde a manifestações prévias de interesse por meio de uma oferta diversificada de imóveis, diferentes preços, usos e localizações e com condições de pagamento adaptadas ao mercado, pagamento a pronto com desconto de 10% sobre o preço arrematado e pagamento faseado com reserva de propriedade a favor do Município até ao pagamento integral do preço. -----

----- Não se pretende alienar em estado de necessidade, bem pelo contrário, mas tão só vender ativos imobiliários não estratégicos com mercados interessados, preservando-se por isso os imóveis estratégicos e aqueles com maior potencial e algumas hastas públicas visam a libertação de situações que obrigariam a pesado investimento municipal de forma a serem resolvidas. -----

----- Por último, sempre se diga que as hastas públicas promovidas pela Câmara Municipal de Lisboa consubstanciam verdadeiros concursos públicos, uma vez que nelas se prevê a apresentação de propostas escritas e um ato público onde há lugar à admissão ou não admissão dos concorrentes e conseqüente ordenação daqueles que tenham sido admitidos com base no valor das propostas escritas apresentadas e finalmente enxerta-se uma fase final de licitação onde os bens imóveis são arrematados à melhor oferta, podendo deste modo inferir-se que tais procedimentos adjudicatórios assentam nos princípios da legalidade, transparência e igualdade de oportunidades de todos os interessados. -----

----- Relativamente à hasta pública realizada na passada quinta-feira, na qual o Grupo José de Melo Saúde comprou um terreno municipal na Avenida 24 de Julho, no qual pretende vir a construir uma unidade de saúde e que obrigará à transferência de um armazém e 330 trabalhadores da autarquia, está a ser equacionada uma solução que deverá ser criada este ano, tendo o processo decorrido com total transparência e a venda do terreno ir reabilitar uma zona que anseia por desenvolvimento. -----

----- No que diz respeito à compra em hasta pública do terreno onde se encontra a terceira companhia do RSB, a SALOC será transferida para Monsanto, que é uma zona com mais resistência sísmica em toda a cidade, e o quartel será convertido num posto de segurança avançado na zona de Benfica, estando a ser estudada a localização final do museu.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND):** -----

----- “Queremos apenas interpelar o BE, dizendo que apesar de irmos votar favoravelmente a recomendação que apresentaram pela transparência do planeamento urbanístico e da política de alienação de ativos imobiliários do Município, porque achamos que todas estas medidas aqui propostas, a inventariação do património, o seu registo de manifestação de interesse, a elaboração de um plano estratégico, são positivas para a transparência destes processos, apesar disso queríamos fazer aqui um reparo e relembrar que em dezembro de 2011 foi aprovado pela Câmara o Programa de Valorização do Património Habitacional Municipal e dizer que estas matérias que aqui versam relativamente ao património imobiliário do Município, algumas delas já foram tratadas pelo Município, em particular relativamente ao seu património habitacional. -----

----- O Programa incluía esta base para uma avaliação estratégica dos vários modelos, um conjunto de novos programas de intervenção, de venda, arrendamento e reabilitação, e também listagens dinâmicas de edifícios habitacionais municipais, que é grande parte das metodologias que são aqui propostas por esta recomendação. Aliás, relembro que alguns dos programas novos que foram criados a partir do PVP, como o “Reabilita Primeiro Paga Depois”, a venda faseada, os programas de renda convencionada, ou acima de tudo a criação do site “Reabilitar Lisboa”, que é precisamente esta bolsa dinâmica de venda e arrendamento de património habitacional, são mecanismos que já existem em parte pelo Município de Lisboa especificamente na parte do património habitacional municipal e concordamos que sejam estendidos ao resto do património imobiliário do Município. -----

----- Para relembrar apenas o BE que algumas iniciativas já estão desenvolvidas e particularmente em relação à questão do património habitacional.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP):**-----

----- “Em primeiro lugar dirigimo-nos ao BE para dizer que vamos apoiar a moção sobre o direito aos cuidados de saúde, sabendo que nós juntamos sempre a este direito o direito à saúde, que não são a mesma coisa mas estão interligados às condições sociais e económicas da população. -----

----- Na verdade, não podemos deixar passar despercebido a verdadeira hecatombe que está a acontecer nos serviços de saúde também na Cidade de Lisboa. Na verdade, este não é um tema só da responsabilidade direta do Governo PSD/CDS, que na sua atividade de poupadinho vem chegado a este momento em que, perante uma crise média ou mediana não superior aos outros anos, mostra a total hecatombe dos serviços. -----

----- Naturalmente que para isso contribuiu com uma redução de investimentos claros, na Cidade de Lisboa perdemos cerca de mil camas nos últimos cinco anos, uma redução significativa de recursos, médicos, enfermeiros e até de assistentes técnicos e operacionais, que está em rutura. -----

----- É verdade que nos documentos enviados para a RES, o recente requerimento da Assembleia Municipal de que nós fomos porta-voz, mostrou claramente em números objetivos oficiais que cerca de cem mil lisboetas não têm médico de família, de que nesta cidade se prevê ainda uma redução maior do número de camas e aqui voltamos a

falar na velha proposta ainda em cima da mesa de encerramento dos hospitais da Colina de Santana, com substituição por um hospital com metade do número de camas atualmente existentes nestes serviços centrais. -----

----- Por isso a cidade está sob a mira da destruição deste governo. Naturalmente que este esvaziamento, que é da responsabilidade do Governo PSD/CDS, tem que ter uma resposta da Câmara e aqui, Senhor Presidente, não queremos que responda só em protesto. Não proteste só, porque nós, quando protestamos, apresentamos contrapropostas e ações, mas gostava de o ver protestar pela destruição dos serviços na cidade.-----

----- As três grandes urgências que temos estão em situação clara de rutura. Penso que teria uma boa oportunidade de fazer uma declaração aqui, já que outras são tão elogiosas que nem mereceram comentário, mas esta seria uma boa altura para pensar numa declaração de defesa da causa dos serviços de saúde da cidade, tanto mais que se apresenta como candidato a ter na mão brevemente a possibilidade de resolver esta situação. -----

----- Por isso a questão de saúde é uma questão que não é só dos serviços de saúde, também e das questões da qualidade de vida, das condições de vida. Outra questão também importante é as populações de Lisboa continuarem a ser vítimas do desemprego, vítimas de péssimas condições sociais e por isso também contribui para este problema, o número de pessoas sem assistência social, os sem-abrigo e a responsabilidade, não sendo primeira da Câmara, é sem dúvida da Misericórdia de Lisboa, mas a Câmara não pode estar neutra ou só lentamente a acompanhar a agonia deste grupo social desamparado. -----

----- Por isso aqui deixamos um apelo a que o BE, para além desta moção, também participe neste processo de responsabilização de um Presidente da Câmara que deixa passar as coisas grandes para se dedicar às miudezas.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE):**-----

----- “Agradeço a intervenção do Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos. Naturalmente que subscrevemos totalmente, é uma calamidade, é uma hecatombe, é o colapso do SNS tal como o conhecemos e é determinante que esta Assembleia tome uma posição, porque em Lisboa temos assistido a casos absolutamente inaceitáveis de desvalorização e de colapso dos serviços de saúde. É importante que nos posicionemos, porque o que aí vem é ainda mais alarmante e mais assustador, porque os próximos Orçamentos de Estado, se optarmos por respeitar o Tratado Orçamental e seguir o *dictat* europeu, aí sim assistiremos à barbárie na saúde, tal como assistimos a essa barbárie na Grécia. -----

----- Se respeitarmos o Tratado Orçamental e tivermos, para respeitar essas regras, que cortar seis mil milhões de euros, isso é quase o orçamento do Serviço Nacional de Saúde para um ano. -----

----- Sobre a questão da transparência, agradeço a intervenção do Senhor Deputado Municipal Miguel Graça pelo acrescento de informação que nos deu e gostaria de responder à Senhora Deputada Municipal Sofia Dias do PS. -----

----- De facto compreendemos o argumento de que a receita fiscal tem diminuído e de que o Executivo precisa de fazer receitas, mas fazer essa ligação entre a necessidade de receitas e a venda de património é a receita que o Governo nos tem vendido para alienar tudo o que tem de mais importante, que são os serviços públicos no País. -----

----- A Câmara, à sua medida, tem aplicado a mesma receita na cidade, mas não é só disso que trata a nossa moção e com certeza que a leu atentamente. Disse-nos que a Câmara tem uma política coerente e de transparência absoluta, discordamos na transparência mas concordamos na coerência, porque se há coerência nesta política de alienação é que há um algoritmo, há um procedimento que é sempre o mesmo, é sempre aplicada a mesma fórmula, em que os privados definem o negócio, definem o que querem, apontam para o património que precisam, a Câmara toma a devida nota, toma as devidas medidas para que esse património possa prosseguir no seu belo caminho a caminho dos privados e os privados concretizam o negócio, coerentemente sempre por mais um euro do que a hasta pública define. -----

----- A coerência está toda aí e é essa coerência que nós criticamos e que colocamos nesta moção, porque não há bons negócios para o interesse público quando há uma hasta pública em que é sempre ganha pelo concorrente que já tinha anunciado previamente. Aliás, no caso do Hospital da Luz a senhora administradora da BES Saúde disse em fevereiro, oito meses antes desta Assembleia se pronunciar sobre isso, que o Hospital da Luz se ia expandir para aquele terreno. Ainda não havia nenhuma decisão democrática da Assembleia e ela já tinha dito que era para ali que iam, ‘tomem boa nota que nós vamos ficar com aquele terreno’. Só não disse que era por mais um euro do que o valor de venda. -----

----- Se há necessidade de transparência e se há necessidade de definir uma política de urbanismo que não é feita à medida, que não é de corte e costura, em que o privado define o que quer e a Câmara monta o processo para que essa venda seja feita, é isso que devemos analisar neste momento e é isso que esta Assembleia se deve pronunciar.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV):** -----

----- “Para a declaração política de hoje «Os Verdes» escolheram o Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica, por um lado, porque consideramos que é um departamento estratégico para a autarquia e, por outro lado, porque consideramos que tendo em conta a sua importância, é fundamental que o executivo possa esclarecer o que pretende fazer, e como, para resolver os inúmeros problemas que afetam este serviço municipal. -----

----- O Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica (DRMM) da CML tem cerca de 250 trabalhadores bastante especializados e faz a gestão, reparação e manutenção da frota municipal associada a múltiplos serviços prestados à população: limpeza, saneamento, iluminação pública, espaços verdes, ação cultural, ação social e outros. -----

----- Este Departamento tem dado as respostas adequadas às necessidades do município e da sua frota e todas as viaturas destes serviços têm circulado graças à

capacidade do DRMM que se tem caracterizado pelo trabalho competente de sucessivas gerações de trabalhadores que integraram e integram este departamento. ----

----- No entanto e apesar de tudo isto que acabámos de referir, o Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica tem-se deparado, nos últimos anos, com diversos problemas, entre eles: -----

----- A escassez de recursos humanos que se agrava devido às aposentações e transferências para outros serviços e a falta de rejuvenescimento por não haver recrutamento há muitos anos. -----

----- A falta de formação profissional. -----

----- A ausência de investimento nas instalações e equipamentos essenciais que estão degradados e a necessidade de inovar face à evolução tecnológica dos veículos e equipamentos. -----

----- A necessidade de haver uma melhor organização e de se ter uma visão estratégica que permita otimizar o serviço. -----

----- E a falta de materiais básicos, necessários ao normal funcionamento das oficinas, que provoca muitas vezes a paralisação dos sectores. -----

----- De facto, no dia 5 de Janeiro o Grupo Municipal de «Os Verdes» efetuou mais uma visita a este departamento e pôde, mais uma vez, constatar a existência destes problemas. -----

----- Por exemplo, chegam a ser enviadas viaturas para o exterior para terem reparações banais, e são essas viaturas que transportam as próprias peças a substituir, adquiridas pela autarquia e conduzidas pelo operário da Câmara e algumas das viaturas reparadas em “outsourcing”, sem qualquer explicação óbvia, regressam às oficinas dos Olivais II sem estarem devidamente reparadas, o que comporta custos acrescidos para a autarquia, sendo que depois estas viaturas acabam por ser reparadas pelos trabalhadores do DRMM. -----

----- Outro exemplo que podemos dar é o facto de, em parte, se ter feito obras no balneário, mas muitos dos problemas continuarem, como os filtros de escoamento nunca serem limpos, a humidade e os tetos com infiltrações. -----

----- Ou ainda outros, como a falta de ventilação natural para retirar a acumulação dos gases das viaturas, a falta de detetores de fugas ou a falta de botas antiderrapantes que fazem parte do equipamento de proteção individual. -----

----- Parece-nos, portanto, que tem havido algum desinvestimento, desperdício e progressivo e gravoso esvaziamento deste sector, a par da tentativa de torná-lo parte integrante da Limpeza Urbana, algo que, felizmente, não se chegou a concretizar. ----

----- No entendimento de «Os Verdes» deve haver um maior investimento no DRMM, deve haver uma gestão mais rigorosa e eficiente e deve haver uma nova orientação no sentido de travar a saída de viaturas para reparação no exterior. -----

----- Deve ainda haver um reforço do quadro de pessoal para diversas categorias em falta neste Departamento, formação adequada, aquisição de equipamentos e melhoria das instalações. -----

----- Assim, com esta declaração política pretendemos alertar para a importância e para os inúmeros problemas deste departamento e também obter do executivo alguns esclarecimentos que são os seguintes: -----

----- 1- Considera ou não a Câmara Municipal de Lisboa o DRMM um departamento fundamental e estratégico para o município? -----

----- 2- Uma vez que o Senhor Presidente da CML falou na possibilidade de criação de Serviços Municipalizados, em concreto, que pensa o executivo fazer com o DRMM? -----

----- 3- Para quando estão previstas as obras necessárias nas instalações do DRMM? --

----- 4- Que medidas pretende tomar a autarquia para o bom funcionamento do DRMM? E para quando?” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara:** -----

----- “Senhora Presidente, é só para recordar que hoje não é uma sessão de perguntas à Câmara, é uma sessão para declarações políticas. Cada força política faz as declarações políticas que quiser e a Câmara Municipal fará a declaração política que quiser, mas hoje não é uma sessão de perguntas à Câmara. Há outras figuras regimentais e outras oportunidades de fazer perguntas. É por isso que nós temos 10 minutos e se utilizássemos os 10 minutos para responder a cada uma das perguntas que desde a primeira intervenção têm sido feitas até agora já teríamos esgotado o nosso tempo. Temos o nosso tempo para a declaração política que iremos fazer também no devido tempo.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Lúcia Gomes (PCP):** -----

----- “O assunto que hoje o PCP traz ao debate prende-se com a situação vergonhosa a que se assiste sob a batuta do Vereador Manuel Salgado, da destruição e venda da Cidade de Lisboa a grupos financeiros, com o pesado preço da gentrificação do espaço público e a expulsão dos moradores da cidade, porque esta cidade não é nem pode ser, no entender deste Executivo, para quem não tem dinheiro.-----

----- Não é de agora a transformação da cidade num autêntico parque temático, sob o alto patrocínio de marcas, Continente ou NOS, todas de um conhecido monopólio comercial, encerrando-se praças públicas e avenidas inteiras sem que sejam públicas ou mesmo sequer visíveis as contrapartidas para a cidade. A rua, que é das pessoas, passa a ser temporariamente privada enquanto o Município serve a lógica de mercado, com um novo conceito de espaços verdes de Sá Fernandes, que não é mais do que a sua entrega aos privados, esquecendo-se que o património público é das gentes dessa Lisboa que uma vez para este Vereador também foi gente. -----

----- Ao mesmo tempo que se promovem automóveis, telemóveis, imóveis e por aí fora, o património vai sendo vendido ao desbarato em leilões através do programa ‘Reabilita Primeiro Paga Depois’, sabendo-se de antemão qual a clientela a quem é dirigido, ou não fosse tão evidente o caso da venda do terreno onde está instalado o quartel dos Bombeiros Sapadores ao Grupo Espírito Santo Saúde, hasta pública cujo resultado já era mais do que anunciado mesmo antes de acontecer e agora o interesse súbito, que nada tem de súbito, uma vez que o processo datava já de maio de 2013, do Grupo Melo Saúde nos edifícios que alojam o Departamento de Higiene Urbana e

cuja venda provocará a transferência de 330 trabalhadores que atualmente não têm qualquer garantia de que não serão prejudicados.-----

----- O PCP já questionou o Executivo sobre esta matéria, até hoje ainda esperamos resposta.-----

----- Também a erosão e destruição do antigo Pavilhão Carlos Lopes avança, face à total ineficácia e ausência de intervenção da Câmara Municipal, não obstante as promessas repetidamente feitas que deixam antever mais uma negociata com os mesmos de sempre, em detrimento da preservação do património público, cuja história neste caso faz também parte da história da democracia e da participação popular no nosso País.-----

----- O PCP questionou já o Executivo sobre esta matéria, uma vez mais sem resposta e os exemplos não acabam.-----

----- O restaurante panorâmico de Monsanto, construído pela Câmara Municipal de Lisboa em 1968, encontra-se em elevado estado de degradação, relegado ao abandono e com futuro incerto. O edifício de sete mil metros quadrados, projetado pelo Arquitecto Chaves da Costa, integra várias obras de arte, painéis e altos relevos de Querubim Lapa e azulejos de Manuela Madureira, hoje danificados pelo tempo e pela mão humana. Já em 2008 o PCP questionou o PS, mantendo a posição de que é inteiramente inadequada a instalação de qualquer tipo de serviços no Parque de Monsanto que contrariem a defesa do espaço verde e que comportem qualquer alteração no uso do mesmo parque e que tal alteração configurará um precedente grave de violação das exigências de preservação, para além do verdadeiro atentado que é o estado do património cultural edificado de Lisboa.-----

----- Em junho de 2014 o PCP voltou a questionar o Executivo, sempre sem resposta.--

----- Todo este processo que visa o encerramento de hospitais civis de Lisboa é também ele a mais clara cedência ao interesse da especulação imobiliária, vendendo o que é um direito fundamental para a criação de mais uma zona económica exclusiva à custa do direito à saúde e do direito à cultura. O contínuo encerramento de serviços e camas hospitalares na cidade e a redução de recursos humanos só poderia levar ao caos que estamos dramaticamente a viver com a falência das urgências e nos internamentos.-----

----- Há um elemento comum a todos estes exemplos, uma estratégia bem definida de destruir para privatizar, de nunca reabilitar para vender barato e retirar ao domínio público aquilo que é de todos nós.-----

----- A elitização patente nas políticas do património e reabilitação urbana é a face mais descarada das políticas de classe do Executivo de António Costa. Lisboa torna-se a passos largos numa cidade interdita à classe trabalhadora, aos desempregados, aos trabalhadores precários, a quem vive apenas do seu salário. As rendas atingem preços insuportáveis ao mesmo tempo que a Baixa da Cidade é entregue ao capital nacional e estrangeiro para que a transformem numa zona reservada apenas a quem a pode pagar.

----- Negócios mal explicados, como a entrega de dez milhões de euros ao MUDE com a explicação de que se houver um tremor de terra é o primeiro edifício a cair,

pois à falta de melhor é preciso recorrer a este argumento de sismos que naturalmente, a existirem, deitarão bem mais edifícios abaixo do que um museu.-----

----- Vendas em hasta pública que ficam desertas, fazendo baixar os preços para serem entregues aos interessados de sempre. O abandono do associativismo popular. A prática de preços mais elevados do que os privados para a disponibilização de espaços municipais. Tudo isto acontece ao mesmo tempo que as pessoas não têm onde viver, são despejadas por não poderem pagar rendas de casa como ainda hoje se assistiu aqui a um exemplo no período de intervenção do público, associações que não têm espaço para desenvolver a sua atividade.-----

----- O espaço público adquire uma forma que é intrinsecamente desigual e discriminatória, ou não fosse disso também exemplo a implementação das zonas de emissões reduzidas com base na antiguidade das viaturas automóveis, quando a própria Câmara Municipal admite o total desconhecimento do impacto desta medida e assiste passivamente, quando não apoia, ao desmembramento dos serviços públicos, designadamente transportes, onde mantém conversações com a tutela sem que das mesmas se descortine onde está presente a defesa da manutenção na esfera pública destas empresas, em lugar de uma municipalização a retalho que abre portas à futura concessão e privatização do sistema de transportes com um aumento insuportável dos custos para os cidadãos.-----

----- É uma Câmara do PS que introduz mais um fator de profunda injustiça social, refletindo o profundo desconhecimento ou desinteresse pelas causas reais do excesso de circulação automóvel dentro da cidade, a falta de alternativa em termos de transportes públicos, com elevados tempos de espera, níveis de conforto inaceitáveis, trasbordos incómodos, elevados custos de bilhética, a falta de estacionamento em pontos estratégicos com conexão a uma rede de transportes públicos eficaz e eficiente, são os principais fatores que impedem um a maior utilização dos transportes públicos.-

----- Esta Câmara tem vindo assim a criar zonas nobres destinadas a uma minoria. Resta perguntar, perante a legitimação deste poder instituído e a mobilização de grande investimento público, que desviado ao auxílio dos mais carenciados funciona como um subsídio aos mais ricos, à banca, instituições financeiras, grupos económicos e de construção civil, qual é o lugar das pessoas.-----

----- O PCP gostaria ainda de saudar a moção trazida pelo PS, do Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto, fazendo apenas uma referência, que o exército soviético não só libertou o campo de Auschwitz-Birkenau e quando se refere que seis milhões de judeus, ciganos, homossexuais, foram dizimados, não devíamos esquecer e o PS não devia esquecer que milhões e milhões de comunistas, milhões e milhões de soldados russos foram também dizimados pelo nazi-fascismo, não só no território russo, mas também nestes campos de concentração, particularmente em Auschwitz-Birkenau e também falar das mulheres e das crianças que eram utilizadas como experiências científicas para que fosse determinado o extermínio biológico de qualquer pessoa que pertencesse a uma destas categorias. -----

----- Naturalmente que não votamos contra, mas gostaríamos que o PS pudesse eventualmente fazer uma alteração à sua moção, referindo que também os russos e os comunistas foram perseguidos no nazi-fascismo.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS):** -----

----- “É com alguma estranheza, mas também já com algum hábito, que nós vemos que o PCP vem aqui em início do ano, reciclam uns temas antigos, vão lá ao computador, misturam tudo e trazem-nos aqui uma súmula daqueles que foram alguns dos temas que foram sendo tratados ao longo deste mandato. A Senhora Deputada Municipal faz aqui uma intervenção em que nos aborda temas novos e temas antigos, os temas novos não são bons e os temas antigos já estão tratados e já são por todos conhecidos. -----

----- Faz aqui um relato de uma cidade que certamente é uma cidade de ficção, não é a Cidade de Lisboa. Quem a ouve e não sabe acha que nós vivemos numa cidade desgraçada. Descreve uma ficção autêntica e o pior cego é aquele que não quer ver. ----

----- Em concreto a Senhora Deputada Municipal, ao contrário do que ainda há pouco ouvimos do líder da bancada do PCP, está contra porque está contra. Ora, a Senhora Deputada Municipal é aqui contra a municipalização dos transportes e no entanto é também contra a privatização dos transportes, o que significa que o PCP é contra a municipalização e é contra a privatização. É contra, o que significa que o Governo e a direita mais uma vez agradecem a muleta do PCP e vão tomar a decisão que bem entenderem, porque vossas excelências são contra porque são contra. -----

----- Aqui a questão que o PS gostaria de colocar, até porque o PS tem uma posição muito clara sobre a questão dos transportes, o Senhor Presidente da Câmara já aqui a anunciou e nós já a debatemos em sede de Assembleia Municipal, estamos perfeitamente à vontade sobre essa matéria, aquilo que nós gostaríamos de saber é qual é afinal a posição do PCP sobre esta matéria dos transportes em concreto e nomeadamente onde é que estão as soluções para esta cidade da ficção. -----

----- Mais, estas suspeitas que a Senhora Deputada Municipal vai apresentando, estas críticas que vão apresentando, as negociatas, estes euros, esta coisa dos privados, estas construções abstratas que vossas excelências fazem, concretizem-nas porque nós não as vemos. Para nós há questões que são transparentes e essenciais e aquilo que nós não podemos viver é sob uma cortina de fumo e de suspeição que vossas excelências gostam aqui de levantar, pondo em causa a honorabilidade e aquilo que é o trabalho das pessoas que é feito na Câmara e que é bem feito em prol da cidade. -----

----- Não basta vir aqui apresentar e levantar um clima de suspeição e depois ir embora e nada mais dizer sobre o assunto. Portanto, era isso que nós gostávamos de saber, era que concretizasse exatamente qual é a posição do PCP sobre os transportes e onde é que estão essas negociatas e essas coisas que aqui tanto anunciam.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Alberto Franco (IND):** -----

----- “O objetivo era também fazermos umas observações relativamente à recomendação que o PCP nos apresenta e que a nossa colega Deputada Municipal Lúcia Gomes apresentou na declaração política. Os dois pontos que integram esta declaração, em nosso entender, fazem uma amálgama ao aparecerem juntos no mesmo

texto entre um conjunto de objetivos e preocupações que estão vertidos no ponto 2 da recomendação e que nós subscrevemos, ou seja, recomendar à Câmara que desenvolva uma posição ativa, determinada, direitos e interesses de quem vive, trabalha e visita Lisboa, nomeadamente no que se refere a melhores transportes públicos. Estamos integralmente de acordo e ao longo deste mandato já temos tomado posição muitas vezes neste mesmo sentido e no entender dos Deputados Municipais independentes a municipalização dos transportes coletivos em Lisboa poderá ser uma alavanca importante nesse sentido.-----

----- O que se refere às zonas de emissões reduzidas e aos alegados critérios de injustiça social que estariam na base dessa política, achamos que isto é totalmente despropositado. Já foi aqui explicado por outras intervenções a importância e necessidade de reduzir as emissões nas zonas de maior concentração de poluição na cidade. Esta política tem que ser prosseguida de uma forma firme, embora evidentemente equilibrada e tendo em conta os impactos sobre a população, mas nada tem a ver com o que se defende aqui no ponto 2 e que, como já disse, nós apoiamos.---

----- Em relação ao ponto 1, vamos votar contra por considerarmos inteiramente despropositadas estas alegações de injustiça social.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Lúcia Gomes (PCP):**-----

----- “Senhor Deputado Municipal Manuel Lage, sinceramente eu estava à espera de uma intervenção um bocadinho com mais sumo, e porquê? Naturalmente tem estado aqui nas últimas Assembleias Municipais e tem assistido aos vários debates sobre a municipalização, privatização, sobre as questões dos transportes e a posição do PCP é a mesma que tem sido defendida em todos esses debates. Somos contra a privatização e entendemos que a municipalização é um caminho para essa privatização. Portanto, aquilo que defendemos é a manutenção do transporte público na esfera pública de responsabilidade do Estado Central. É simples não é? Não entra em contradição com nada, não quer dizer ser contra porque é do contra. O que é público e deve ser assegurado pelo Estado Central, esta é a nossa posição, espero que tenha ficado clara. -

----- Relativamente aos temas que aqui trazemos, o PCP tem a liberdade de trazer os temas que entender. Já vimos aqui algumas tentativas até do Senhor Presidente de condicionar até a própria forma como decorre a Assembleia, nomeadamente nas intervenções, quem intervém ou quem não intervém, mas relativamente aos temas felizmente ainda somos livres de trazer os temas que bem entendemos. -----

----- Caso o Senhor Deputado Municipal não esteja bem familiarizado com o tema da gentrificação, todos os exemplos que foram dados são de políticas, nomeadamente do urbanismo e do património, que promovem o empobrecimento das classes trabalhadoras e as afastam dos centros da cidade. É um fenómeno que tem sido estudado por todo o mundo e, portanto quando se levantam aqui exemplos e foram exemplos bem concretos, que não são dados só pelo PCP, são dados pelo PSD, são dados pelo BE, foram aqui já falados hoje, os negócios em que a Espírito Santo Saúde antes de haver leilão já tinha dito que ia aumentar para o terreno que foi posteriormente vendido numa segunda venda em hasta pública. A primeira tinha ficado deserta, na segunda foi vendido por mais um euro. -----

----- Falamos também do Grupo Melo, que já tinha anunciado em maio de 2013 que ia fazer uma nova instalação onde está atualmente o Departamento de Higiene. Portanto, concretizou-se agora essa venda. -----

----- Isto não são suspeições, está em todos os jornais e basta o Senhor Deputado Municipal acompanhar. Aliás, o Público faz muitas peças sobre esta matéria e tem aí todo o historial dessas tais suspeições.-----

----- Uma outra questão é que de facto nós temos trazido aqui que não cabe à Câmara Municipal, nem pode a Câmara Municipal fechar zonas às pessoas, seja fechar zonas para ter um evento cultural ou proto cultural, seja fechar zonas porque as pessoas têm carros antigos, não têm dinheiro para comprar carros mais recentes e não têm qualquer outra forma de transporte porque não há parques de estacionamento, porque não há transportes públicos.-----

----- O que nós trouxemos aqui foi o exemplo concreto daquilo que são as políticas desta Câmara nesta sua senda de criar zonas nobres numa Lisboa nobre, que tem que ser um qualquer cartão de visita patrocinado por uma grande marca que possa dar dinheiro não se sabe bem a quem, porque em termos de resposta para as populações, respostas sociais... não, já disse, o Continente, a NOS. Quando se fecham praças públicas... nós também já perguntámos à Câmara para onde é que foi esse dinheiro, quais são essas contrapartidas, onde é que elas estão aplicadas. Se os Senhores Deputados Municipais ouviram, a resposta da Câmara foi sem resposta. Os requerimentos estão apresentados, estão escritos, estão públicos na página da Assembleia Municipal de Lisboa e os Senhores Deputados Municipais podem consultar que depois do requerimento não há nenhuma resposta. -----

----- Aquilo que nós queríamos aqui denunciar e questionar é se vai este Executivo continuar com estas políticas de afastamento das classes trabalhadoras da Cidade de Lisboa.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Moreno (PNPN)**, Presidente da Junta de Freguesia do Parque das Nações:-----

----- “Depois de já muito se ter questionado e respondido sobre o estado da nossa cidade, permitam-me que eu traga aqui um outro tema que superficialmente já foi aqui de certo modo introduzido e que no fundo tem que ver com o dia especial de hoje, a efeméride que hoje se celebra por todo o mundo, os 70 anos do encerramento do campo de concentração de Auschwitz. De facto, penso que é um momento importante da nossa história, celebrar este acontecimento aqui também na nossa Assembleia. -----

----- Queria dizer-vos, é por isso essencialmente que venho aqui, que o PNP se solidariza com o documento que já foi apresentado sobre este assunto e contarão com o nosso voto favorável.-----

----- Pena é que neste mundo e depois de 70 anos de se encerrar aquele campo de concentração ainda continuemos a assistir a genocídios um pouco pelo mundo fora, sobretudo em África mas também noutros pontos, e que os nossos líderes mundiais não tenham ainda conseguido pôr termo, apesar de eu compreender que se trata de uma matéria de algum modo complexa, mas a verdade é que não podemos descurar e

deixar de trabalhar no sentido de afastar das nossas memórias, do nosso dia-a-dia, estas tragédias com as quais continuamos a ser confrontados. -----

----- Auschwitz foi encerrado há 70 anos, mas os genocídios continuam 70 anos depois um pouco por todo o lado. É preciso pôr cobro a esta chaga social, a esta chaga da humanidade. É nesse sentido e com este sentimento que eu vou votar favoravelmente a moção que oportunamente irá ser submetida para esse efeito nesta Assembleia.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara:** -----

----- “Quero em primeiro lugar agradecer ao grupo Parlamentar do Partido Socialista ter trazido aqui a apresentação dos primeiros números das Contas de 2014, porque elas representam acima de tudo um bom resultado para a cidade, são boas notícias para a cidade, porque na verdade a redução da dívida a fornecedores para valores praticamente residuais e a redução do prazo de pagamentos para uma situação que queremos que se mantenha uma situação de quase pronto pagamento é seguramente o melhor contributo que nós podemos dar para a vida económica da cidade, mas também para a melhoria das condições de contratação da Câmara Municipal de Lisboa, é pois um momento importante que agradeço terem aqui trazido. -----

----- Gostaria de aproveitar este momento para responder de forma direta às várias questões que têm sido suscitadas sobre um ponto central da política urbanística e financeira da cidade, da política de alienações e dizer da minha satisfação com os resultados da política de alienações que temos prosseguido. -----

----- Satisfação do ponto de vista dos resultados em matéria urbanística, que têm permitido a recuperação de vastas zonas da cidade e de vasto património municipal que estava desusado e que estava a prejudicar o desenvolvimento da cidade, mas também a minha satisfação pelos resultados financeiros que essas alienações têm permitido e que têm contribuído para a redução da dívida do Município e para os resultados que hoje podemos apresentar para a cidade na melhoria das condições a fornecedores. -----

----- E permitam-me que refira em particular a satisfação relativamente aos resultados da última hasta pública da alienação dos terrenos de Alcântara. Satisfação em primeiro lugar porque é verdadeiramente a primeira oportunidade em décadas, a primeira oportunidade de fundo que temos de revitalização de uma importante zona da cidade de Lisboa que há décadas anseia por essa reabilitação. -----

----- Quem conhece a história sabe às décadas que aquela zona, que se fazem planos, projetos, que se gastam milhões em estudos para tentar o desenvolvimento de uma zona que ficou para trás. -----

----- Esta alienação e o projeto que esperamos que se lhe siga é de facto uma oportunidade única e satisfazemo-nos por essa realização e essa boa notícia. -----

----- Em segundo lugar também pela receita importante que permitiu o Município arrecadar, são cerca de 20 milhões de euros que o Município alocou à redução da dívida e que resultam diretamente desta hasta pública. -----

----- Gostava em segundo lugar de dizer o seguinte: a Câmara Municipal tem desenvolvido este programa de alienações com a defesa intransigente do interesse

público e no cumprimento estrito das mais exigentes regras de transparência e defesa desse mesmo interesse público.-----

----- Este interesse público manifesta-se de forma clara pelo método de alienação: hastas públicas abertas, anunciadas com tempo, concorrenciais, feitas de forma transparente e que garantem a equidade e a transparência de todo o processo, e mais, em todas as fases anteriores e nos dois casos mais polémicos que os Senhores Deputados Municipais falam, das várias bancadas da esquerda à direita, em nenhum caso, em nenhum caso e em nenhum momento os Senhores Deputados Municipais podem argumentar uma decisão de qualquer fase do processo que tenha privilegiado alguém em detrimento de outros ou que não tenha seguido as normas da maior transparência na defesa do interesse público.-----

----- Relativamente ao terreno da Luz é absolutamente irrepreensível como a alteração do Plano é feita para valorizar um património municipal, e a isto nenhum dos Senhores Deputados Municipais consegue rebater.-----

----- Como também não conseguem rebater que relativamente ao terreno de Alcântara nenhuma alteração é feita à proposta pública do Plano de Urbanização desde 2010 que tenha condicionado negativamente o valor do terreno, pelo contrário, a aprovação do Plano permite a concretização do que estava definido desde 2010.-----

----- Em síntese, eu percebo bem os incómodos da esquerda e da direita com este programa, verdadeiramente o que os partidos à nossa esquerda criticam é que eles não gostam dos compradores, não gostam dos compradores! Não gostam que o Grupo Espírito Santo, ou ex-Grupo Espírito Santo compre um terreno! Não gostam que o Grupo Mello compre outro terreno! Mas isso é um problema de não gostarem dos compradores!-----

----- Aliás percebo bem como relativamente a muitas das outras hastas nada questionaram! Mas isso, como digo, é um problema de quem combate ideologicamente na aquisição de terrenos a luta de classe!-----

----- Percebo também que quem não goste, à direita, dos bons resultados! Mas isso também é um problema de quem não gosta de ver a cidade a avançar!-----

----- O que posso deixar aqui como garantia é que nós prosseguiremos este programa de alienações na firme convicção que tratamos neste programa de resolver dois problemas de fundo: uma resolução de melhoria das condições de reabilitação da nossa cidade, mas também a defesa da solidez da nossa situação financeira, porque é essa no fundo a nossa responsabilidade.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara:**-----

----- “Relativamente à questão da zona de emissões reduzidas, gostaria em primeiro lugar de recordar o seguinte: O Estado Português foi condenado pelo Tribunal de Justiça da União Europeia ao pagamento de uma multa de 1,9 milhões de euros, pelo incumprimento das normas de qualidade do ar no centro da Cidade de Lisboa.-----

----- Esta multa tinha esta quantia fixa e depois seria acrescida de uma multa de 632 euros por dia, em caso de continuação da situação de incumprimento. Há por isso normas ambientais a cumprir e há normas pelas quais o Estado Português já foi condenado.-----

----- Foi nesta circunstância que a CCDR obrigou o Município de Lisboa em 2008 a comprometer-se com um programa de redução das emissões no centro de Lisboa, com um conjunto de medidas, entre as quais a adoção da zona de emissões reduzidas de forma a diminuir o valor das emissões.-----

----- Quando agora nos pedem prorrogação, convém lembrar que este acordo é de 2008 e que a primeira fase teve lugar em 2011, a segunda fase em 2012 e só agora chegámos à terceira fase. Temos vindo por isso a proceder a uma implementação gradual e ponderada destas normas ambientais, de forma a não ter consequências abruptas. E chamo à atenção do seguinte: quanto à segunda fase, abrangeu as viaturas com 21 anos na zona um, ou melhor, com 21 anos na zona dois e com 16 anos na zona um, neste momento estamos a falar de 20 anos na zona dois e de 15 anos na zona um, ou seja, relativamente à situação que aprovámos em 2012 estamos só a aumentar a exigência num ano.-----

----- Gostaria também de chamar a atenção pelo seguinte: ao contrário do que tem sido dito, não estão proibidas discriminadamente, ou melhor, discricionariamente as viaturas a partir de uma determinada data, estão proibidas as viaturas que não cumpram as normas ambientais fixadas nas diretivas comunitárias. Nós sabemos que todas as viaturas após 2008, melhor, após o ano 2000, já cumprem estas normas. Quanto às que são anteriores a 2000? Depende, há as que cumprem e as que não cumprem. Temos vindo a aceitar quer as declarações das marcas, umas constando do livrete outras não constando do livrete, que demonstram que as viaturas apesar de anteriores ao ano 2000 cumprem as normas ambientais. Assim como relativamente aos veículos pesados, o IMTT já homologou um conjunto de equipamentos que, aplicados nas viaturas, garantem que têm um grau de emissões compatíveis com as normas comunitárias.-----

----- No que diz respeito às viaturas ligeiras, o IMTT até agora só homologou a instalação mas não homologou os resultados dessa instalação. Por isso, o que nós estamos a aceitar é que viaturas que tenham instalado, anteriores a 2000, que instalem equipamentos homologados pelo IMTT e cujas marcas até declarem que cumprem as normas ambientais, nós aceitaremos como viaturas aptas a poderem circular. Portanto, é falsa a ideia que esta medida se destina a promover a renovação da frota automóvel, que esta medida se destina a perseguir viaturas antigas. Não. Esta medida destina-se à promoção da qualidade do ar, por via da proibição da circulação de viaturas que não cumpram determinadas normas ambientais. Se cumprirem determinadas normas ambientais podem circular.-----

----- Quero também aproveitar para dizer o seguinte: Ao contrário do que também tem sido dito, a deliberação da Câmara não foi tomada sem informação científica, não foi, basta ler aliás o diário municipal, onde está anexo o relatório apresentado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, pela equipa coordenada pelo Professor Francisco Ferreira, que tem acompanhado desde o princípio todo o conjunto de medidas e monitorizado a melhoria da qualidade do ar na zona central da Cidade de Lisboa. E aquilo que tem vindo a demonstrar é que nós temos cumprido quer as reduções em matéria de emissões de NO₂, quer a redução relativamente à diminuição

do número de partículas, contudo, se não prosseguirmos esta terceira fase nós continuaremos a exceder pontualmente estas situações, pelo que, estas medidas, sendo eficazes, são ainda insuficientes e têm de ser prosseguidas.-----

----- Convém aliás chamar a atenção dos Senhores Deputados Municipais, sobre o que é que está em causa no nosso futuro. A União Europeia no seu livro branco dos transportes prevê para 2030, e eu chamo a atenção que 2030 é já daqui a 15 anos, ou seja, menos tempo que os 20 anos de idade das viaturas que hoje estamos aqui a falar, para que daqui a 15 anos estarão proibidas de circulação na cidade qualquer viatura de combustão convencional, como todas as cidades europeias que sejam utilizadas nas frotas logísticas, e que em 2050 estarão proibidas todas as viaturas de combustão convencional, em qualquer cidade europeia e em qualquer tipo de viatura. -----

----- Portanto, aquilo que está em causa é uma transição de paradigma sobre a mobilidade das cidades e essa transição de paradigma, estamos só neste momento a dar os primeiros pequenos passos para esta transição e aquilo que é absolutamente decisivo não é alargar prazos, não é aumentar exceções, aquilo que nós temos que fazer é organizarmo-nos para acelerar esta transição para defesa da qualidade do ar, ou seja, para defesa da saúde pública dos lisboetas. -----

---- E se há medida fundamental a fazer é passarmos a ter um sistema de transportes públicos eficiente, de maior qualidade, que não seja subsidiário, mas seja de facto a forma primordial de circulação na cidade e que isso implica necessariamente, uma outra gestão do Metro e uma outra gestão da Carris, e é por isso que o Município de Lisboa se bate e é por isso que o Município de Lisboa tem de ganhar a gestão da Carris e do Metro, para passarmos a ter uma rede de transportes públicos de qualidade e que contribua para um bom desempenho energético e ambiental da Cidade de Lisboa.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE):**-----

----- “Satisfação, satisfação, satisfação. O Senhor Vice-Presidente está muito satisfeito e acusa toda a oposição, da esquerda à direita, de conceito ideológico. Nós sabemos o que é o preconceito ideológico do Grupo Mello nas PPP e o que é o preconceito ideológico do Grupo Espírito Santo, sobre o qual não me vou alongar muito, mas em que a administradora do Hospital da Luz disse à comunicação social que o negócio da saúde é o segundo mais rentável a seguir ao negócio das armas. Portanto, isto não é preconceito ideológico, como perceberá, é um negócio muito rentável e é rentável também na alienação de património da Câmara Municipal de Lisboa. Mas está muito satisfeito porque há muita transparência e há muito encaixe financeiro. -----

----- Todos sabemos aqui que as hastas públicas para este montante de valores são obrigatórias e, portanto, se a Câmara o está a fazer não é porque quer acrescentar transparência ao processo, mas porque é obrigatório. Se fizesse o contrário, seria insultuoso para o Município de Lisboa que leiloasse terrenos no valor de 20 milhões de euros sem hasta pública. Portanto, fez e fê-lo muito bem, mas a crítica não incide sobre o facto de existir uma hasta pública, a crítica incide porque existe uma hasta pública em que ganha um concorrente único que anunciou que iria ter aquele património com um euro acima do valor. -----

----- Se faz uma hasta pública é porque pretende que haja um valor base sobre o qual acresce um determinado valor. A sua satisfação incide sobre um euro sobre a hasta pública. -----

----- Está muito satisfeito com o encaixe financeiro, mas deixe-me dizer-lhe que o quartel que vai ter que sair dali e que era o quartel mais moderno do RSB, onde tinha um museu e onde tinha um equipamento mais avançado de proteção civil, custou 12 milhões de euros em 2004, pouco abaixo do valor da hasta pública. Portanto, ainda bem que sente satisfeito com este tipo de negócios.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Lúcia Gomes (PCP):** -----

----- “Eu apelava a que os Senhores Deputados Municipais se acalmassem um pouco, estamos a fazer perguntas naquilo que são as nossas competências de fiscalização da Câmara.-----

----- Relativamente à questão do Hospital da Luz, gostaria de perguntar então qual é o encaixe financeiro que encontra a Câmara depois de ter feito o investimento que já foi aqui referido de 12 milhões para modernizar o quartel. Agora, onde será instalado o novo quartel, qual é o investimento que a Câmara vai fazer e onde é que vai buscar esse dinheiro?-----

----- Gostaria que o Senhor Vice-Presidente confirmasse se é verdade ou não que na primeira proposta que veio à Assembleia Municipal já estava a proposta de venda direta ao Grupo Espírito Santo Saúde e após a comissão ter dado conta desta situação, alertou e a Câmara teve que retirar a proposta e fazer a hasta pública. -----

----- Não se trata de uma antipatia com grupos económicos, é da demasiada simpatia deste Executivo com determinados clientes.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV):** -----

----- “As perguntas foram feitas na intervenção, depreendo que o Senhor Presidente as tenha ouvido. Era só para esclarecer que o Senhor Presidente deve estar equivocado, porque é possível numa declaração política fazer perguntas ao Executivo, tanto que na página 26 do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, no artigo 40, ponto 7, diz que ‘nesta sessão, para além dos grupos municipais e dos deputados que exercem o seu mandato como independentes, também pode intervir a Câmara Municipal no sentido de responder às questões colocadas ao Executivo Municipal’. Portanto, está previsto no Regimento, não nos parece é que deverá ser o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa a dizer o que é que ‘Os Verdes’ na declaração política vão perguntar, quando, como e a quem, isso é que não nos parece muito correto.-----

----- Parece-nos também que as questões que nós tínhamos são para colocar à Câmara Municipal de Lisboa e não a outro grupo municipal, porque a responsabilidade deste departamento é da Câmara e não de outro grupo municipal. O facto da Câmara não ter respondido, se calhar este silêncio mostra bem o respeito que a Câmara tem tido por este departamento e pelos seus trabalhadores.-----

----- De qualquer forma, caso o Executivo não tenha ouvido as perguntas que colocámos, voltamos a colocar. São 10 minutos e a Câmara usa como entende, se não quer responder é uma opção política que está tomada. As perguntas eram se considera ou não a Câmara Municipal de Lisboa um departamento fundamental e estratégico

para o Município e, uma vez que o Senhor Presidente da Câmara falou na possibilidade de criação de serviços municipalizados, em concreto o que pensa o Município fazer com este departamento e para quando estão previstas as obras necessárias nas instalações do Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica. Por fim, que medidas pretende tomar a autarquia para o bom funcionamento deste departamento e para quando.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara:** -----

----- “Satisfação sim. Satisfação pelos resultados que conseguimos para a melhoria da cidade, quer com a recuperação de inúmeros prédios que este ano foram colocados em hasta pública e que agora vão ser alvo de investimento de reabilitação, mas também satisfação pela requalificação de zonas da cidade que vai ser permitida pelas hastas públicas de terrenos, com novas construções e diferentes construções e satisfação sim pelos resultados financeiros. -----

----- O BE pode discordar da venda concreta de determinado património municipal. Naturalmente que podemos ter diferenças, mas vamos a um caso concreto, Alcântara. O BE pode achar que o terreno de Alcântara não deveria ser vendido, é uma opinião diferente da que nós temos. A alienação daquele terreno para a construção naquele terreno é a melhor forma de nós revitalizarmos uma importante zona da cidade. Aliás, é uma zona que há décadas, pelo menos desde o Presidente Jorge Sampaio, vem sendo alvo de estudos, de planos e de projetos dos seus variados tipos, nomeadamente também incluindo aquele terreno para a requalificação daquela zona. -----

----- O BE não gosta, acha que está melhor como está. O PCP acha que há uma defesa do interesse público no urbanismo e na construção que ali está. Temos uma divergência profunda de opinião sobre o desenvolvimento daquela zona. Para a Câmara é absolutamente inequívoco que a alienação e a construção naquele terreno e naquela zona é a melhor forma de nós apoiarmos a requalificação da cidade. -----

----- A segunda questão que o BE levanta e que os outros partidos têm levantado é a insinuação que têm feito relativamente à falta de transparência dos processos de alienação e é aqui que nós entramos no domínio de uma alegação verdadeiramente insuportável, injustificável, caluniosa até, que é feita relativamente aos processos de alienação, porque eles decorreram desde a fase de plano até à fase de alienação com total e absoluta transparência e o facto de haver interessados é muito bom para a cidade. Aliás, devo dizer que a cidade tem alguma felicidade de, depois de tantos e tantos anos relativamente a algum do património e de intenções que a Câmara manifestou sobre a alienação do património, ainda termos interessados para determinado tipo de situações. Ainda temos essa felicidade.-----

----- Diz o Senhor Deputado Municipal que só há um interessado. Bom, eu disse que estava satisfeito, posso-lhe dizer que se tivéssemos tido dez concorrentes a ambos os terrenos, se o valor tivesse sido 20% acima, o meu adjetivo não era satisfeito, era satisfetíssimo. Aliás, como aconteceu noutros patrimónios que a Câmara vendeu e como eu espero que a melhoria das condições financeiras e do mercado imobiliário permitam que nós prossigamos as alienações e que ao longo do ano de 2015 aconteça nas alienações de terrenos aquilo que já está a acontecer na alienação de prédios, que é

a existência de múltiplos candidatos interessados. Ainda não chegámos lá, mas eu espero que consigamos chegar lá. -----

----- O facto de haver interessados, até alguns que vários anos aguardaram a sua oportunidade, é bom para a cidade, é bom para a nossa política e, como digo, nós temos feito relativamente a todos um processo totalmente transparente desde a fase de plano até à fase de hasta pública e não nos demoveremos desta estratégia, digam os Senhores Deputados Municipais aquilo que disserem e acima de tudo, se não gostam do comprador, é um problema da vossa estética. -----

----- Do ponto de vista da defesa do interesse público, quando se vende um terreno sem qualquer condicionante de uso, valorizando-o no plano para o melhor uso, quando é feito dentro das regras que defendem o que é uma visão de cidade e um planeamento urbanístico adequado, seria profundamente errado e contrário ao interesse público não proceder a essa alienação e não proceder a esse desenvolvimento. -----

----- Só dar uma resposta e uma clarificação muito direta à Senhora Deputada Municipal do PCP que me colocou uma pergunta. É totalmente falsa a informação que tem relativamente à alienação do terreno da Luz. Nunca em nenhum momento e em nenhuma circunstância esteve prevista a alienação que não por hasta pública, nas circunstâncias e nas condições que estão no regulamento. -----

----- Eu acompanhei diretamente esse processo, sei bem esse processo. Houve um erro relativamente à planta do plano, onde não era claro o que era a intenção da Câmara e a alteração do plano foi feita para permitir que houvesse todos os usos possíveis naquele terreno, para aumentar o valor do terreno, como aliás está expresso nos relatórios das avaliações que todos puderam ver e havendo dúvidas se todos os documentos de alteração do plano eram claros em que todos os usos eram permitidos, qua Câmara conseguia o seu objetivo, que era valorizar o terreno que estava em causa, foi feita a correção no plano. -----

----- Relativamente ao processo da hasta pública, nunca em nenhum momento esteve equacionado por nenhum responsável da Câmara, nenhum Vereador a nenhum título, qualquer processo de alienação que não por hasta pública. Em primeiro lugar porque seria contrária à nossa vontade e à nossa intenção e, em segundo lugar, isso é contrário ao Regulamento de Alienação de Património, aprovado por todos e que temos que prosseguir.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia:**-----

----- “Temos documentos para votar, duas moções e cinco recomendações. -----

----- Eu chamei à atenção e volto a lembrar que havia inicialmente três moções e quatro recomendações, cumprindo aliás o Regimento, que cada grupo só pode apresentar uma moção e uma recomendação ou um de cada, mas uma das moções do PCP foi reclassificada pela Mesa como recomendação, pelo que o PCP tem duas recomendações, mas ninguém protestou quando eu chamei à atenção e, portanto, assim será.-----

----- Eu volto a lembrar que os documentos de proposta de deliberação da Assembleia que incidam sobre atos da Câmara Municipal e fiscalização da Assembleia sobre a

Câmara Municipal devem ter a forma de recomendação, porque são os que têm uma fiscalização mais apurada. As moções são genéricas e dirigem-se a outras entidades. Quando é sobre a Câmara é a nossa responsabilidade direta e por isso é importante esta diferenciação da classificação. -----

----- Seguidamente, submeteu à votação os **pontos 1, 2 e 4 da Moção nº1**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com votos a favor de PS, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, PNP e 6 IND, votos contra de CDS-PP e abstenções de PSD. -----

----- Submeteu à votação o **ponto 3 da Moção nº1/55**, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar**, com votos contra de PS, CDS-PP e PNP, votos a favor de PCP, BE, PEV, PAN e 6 IND e abstenções de PSD e MPT. -----

----- O Grupo Municipal do PS apresentou posteriormente a seguinte declaração de voto: -----

“----- *O Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Lisboa vem, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 63º, nº 1 do Regimento da AML, fazer constar da Acta da 55ª Reunião – Sessão Extraordinária com Declarações Políticas, realizada no dia 27 de Janeiro de 2015, a sua declaração de voto referente à Moção nº1 proposta pelo Bloco de Esquerda intitulada “Pelo direito a cuidados de saúde públicos para todos”, apresentada e votada no PAOD e que mereceu voto favorável do Grupo do PS, com excepção do voto contra no 3º ponto deliberativo com os fundamentos seguintes:* -----

----- *1. O Partido Socialista defende a manutenção de um Sistema Nacional de Saúde público e acessível a todos os cidadãos.* -----

----- *2. A experiência e realidade de gestão do Município demonstram, de forma clara, que a delegação de competências promove uma prestação de serviços mais adequada à realidade e contingências locais, com ganhos relevantes quer para a gestão, quer para a qualidade do serviço prestado aos cidadãos;* -----

----- *3. O PS entende pois que, face às particularidades que concorrem para a realidade de Lisboa, a prestação de alguns dos cuidados de saúde pelo Município, por delegação de competências da Administração Central, é algo que poderá ser equacionado, mas carecendo de uma profunda reflexão prévia;* -----

----- *Lisboa, 27 de Janeiro de 2015.* -----

----- *Pelo Grupo Municipal de Partido Socialista - Rui Paulo Figueiredo* -----”

----- Submeteu à votação a **Moção nº2/55**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação o **ponto 1 da Recomendação nº1/55**, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar**, com votos contra de PS e 6 IND, votos a favor de PSD, PCP, BE, PEV e MPT e abstenções de CDS-PP, PAN e PNP. -----

----- Submeteu à votação o **ponto 2 da Recomendação nº1/55**, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar**, com votos contra de PS, CDS-PP e PNP, votos a favor de PSD, PCP, BE, PEV, MPT e 6 IND e abstenção de PAN. -----

----- Submeteu à votação a **Recomendação nº2/55**, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar**, com votos contra de PS e PNP, votos a favor de PSD, PCP, BE, PEV, MPT, PAN e 6 IND e abstenções de CDS-PP. -----

----- Submeteu à votação os **pontos 1, 2 e 3 da Recomendação nº3/55**, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar**, com votos contra de PS, PCP, BE, PEV e PNPN, votos a favor de PSD, MPT, PAN e 6 IND e abstenções de CDS-PP. -----

----- Submeteu à votação o **ponto 4 da Recomendação nº3/55**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com votos a favor de PS, PSD, MPT e PAN, votos contra de PCP, BE, PEV e 6 IND e abstenções de CDS-PP e PNPN. -----

----- Submeteu à votação a **Recomendação nº4/55**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com votos a favor de PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PNPN e 6 IND e abstenções de MPT e PAN. -----

----- O Grupo Municipal do PS apresentou posteriormente a seguinte declaração de voto: -----

“----- O Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Lisboa (AML) vem, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 63.º do Regimento da AML, fazer constar da Ata da 55ª Reunião realizada no dia 27 de Janeiro de 2015 a sua declaração de voto referente à Recomendação n.º 4/55, subscrita pelo PEV – Partido Ecologista “Os Verdes”, denominado “Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica: Departamento Estratégico para a Câmara Municipal de Lisboa”, que mereceu o voto favorável deste Grupo Municipal, com os seguintes fundamentos: -----

----- 1. A Câmara Municipal de Lisboa está a reestruturar os serviços municipais, dos quais este departamento faz parte, pelo que estão a ser avaliadas as necessidades do mesmo e dos seus trabalhadores.-----

----- 2. A Câmara Municipal de Lisboa tem vindo a dialogar com os trabalhadores e suas estruturas representativas, procurando sempre a implementação das medidas necessárias ao bom funcionamento dos serviços e à melhoria da qualidade dos serviços público prestado. -----

----- Lisboa, 27 de Janeiro de 2015 -----

----- O Representante do Grupo Municipal do Partido Socialista na AML - Rui Paulo Figueiredo.-----”

----- Submeteu à votação os **pontos 1, 3 e 4 da Recomendação nº5/55**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com votos a favor de PS, PSD, PCP, BE, PEV, MPT e PNPN e abstenções de CDS-PP, PAN e 6 IND. -----

----- Submeteu à votação o **ponto 2 da Recomendação nº5/55**, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar**, com votos contra de PS e PNPN, votos a favor de PSD, PCP, BE e PEV e abstenções de CDS-PP, MPT, PAN e 6 IND. -----

----- O Grupo Municipal do PS apresentou posteriormente a seguinte declaração de voto: -----

“----- Nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 63.º do Regimento da AML, venho fazer constar da Acta da Sessão realizada no dia 27 de Janeiro de 2015 a minha declaração de voto referente à Recomendação n.º 5/55 subscrita pelo PCP denominada “Terreno ladeado pelas Ruas Augusto Macedo, Pires Jorge e Manuel Rodrigues Silva com futuro incerto há 20 anos em Telheiras “, que obteve o voto contra do Partido Socialista no ponto segundo ponto deliberativo com os seguintes fundamentos: -----

----- 1. O PS entende que a construção de um equipamento desportivo no terreno privado em causa constitui um facto positivo para a cidade e que compete à CML, em sede de procedimento de licenciamento da operação urbanística, assegurar que as necessidades de estacionamento geradas pelo núcleo desportivo sejam providas pelo mesmo (em conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis), de forma a não agravar os problemas de estacionamento conhecidos naquela zona da cidade.-----

----- 2. O PS considera que a solução (ou soluções) para a falta de estacionamento público naquela área urbana deverá resultar de estudo prévio a realizar pela CML e EMEL, em estreita colaboração com os residentes e comerciantes e, bem assim, com as Freguesias de Carnide e do Lumiar.-----

----- Lisboa, 27 de Janeiro de 2015 -----

----- Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista na AML - Rui Paulo Figueiredo.-----”

----- **PONTO 2 – APRECIAR A RECOMENDAÇÃO Nº 3/53, DA 6ª COMISSÃO PERMANENTE SOBRE O PLANO DE AÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS, NOS TERMOS DA ALÍNEA H) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO 1 DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO (GRELHA BASE – 34M);**-----

----- (A Recomendação nº 3/53 fica anexada a esta Ata como **anexo 8** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Valente Pires (PS)** apresentou a Recomendação nº3/53.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD):**-----

----- “Uma pequena nota de apresentação quanto à análise que a Comissão de Direitos Sociais e Cidadania faz do Plano de Ação Social para o período de 2014 a 2017, já aqui apresentada pelo Senhor Redator.-----

----- Entendemos tratar-se de um plano com uma visão integrada da problemática social em Lisboa, projetando um vasto número de ações e intenções que esperamos que venham a ser concretizadas, tendo merecido na generalidade a aprovação de todas as forças políticas representadas e presentes na 6ª Comissão Permanente. Consistem em quase 250 ações e a sua mera elencação permite desde logo uma análise quantitativa relevante e partir da qual se poderá efetuar *pari passu* a monitorização da sua aplicação direta em campo.-----

----- Será pois significativo que o Senhor Vereador João Carlos Afonso possa periodicamente dar conta a esta Assembleia dos avanços conseguidos na sua concretização e, dentro das possibilidades, a demonstração do alcance de algumas das opções propostas que suscitem, se não dúvidas, pelo menos algumas interrogações.-----

----- Não terminar sem felicitar o Senhor Vereador João Carlos Afonso e os seus serviços por uma relevante iniciativa que nos causa a todos as mais elevadas expectativas. É pena não poder dizer diretamente ao Senhor Vereador, mas ele não está.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Floresbela Pinto (IND):**-----

----- “No seguimento da apresentação pelo pelouro dos Direitos Sociais do seu plano de ação 2014/2017 a esta Assembleia e da discussão profícua tida em sede de Comissão de Direitos Sociais, é convicção do conjunto de Deputados Municipais Independentes que estamos a assistir não apenas a uma forma inovadora de estruturar a ação do Município no que concerne aos direitos sociais, mas também a contribuir para a maior participação dos cidadãos lisboetas e das instituições da sociedade civil no planeamento das políticas a implementar e priorizar na nossa cidade.-----

----- Dado o grande número de ações previstas e o caráter transversal de muitas delas, reconhecemos que as metas são ambiciosas e exigirão certamente um esforço de maior articulação permanente, não apenas entre pelouros da CML, mas também com os muitos parceiros da rede social e o próprio Estado Central. -----

----- Sabendo que para muitos lisboetas a realidade das dificuldades colide diariamente com a incapacidade de resposta ou suporte das entidades públicas, é certamente uma prova de esperança deste Município pensar, apoiar e planear para com os lisboetas, dando cumprimento ao eixo Lisboa Inclusiva do plano de governo da cidade. Consideramos que este plano será um bom contributo para a construção de uma cidade que se quer mais coesa, inclusiva e participada e o reconhecimento deste facto por esta Assembleia, assim como o nosso incentivo para que se cumpram os objetivos preconizados neste plano é sem dúvida uma mais-valia, assim como tem sido a representação desta Assembleia nos diferentes conselhos municipais que se debruçam sobre áreas específicas, como a educação, igualdade, interculturalidade e cidadania, inclusão da pessoa com deficiência, juventude, desporto e habitação. -----

----- Pelo número de ações já executadas durante o ano que passou, seja através de fóruns de discussão, ações de sensibilização e comemoração de datas históricas para os direitos sociais, acreditamos que o Município tem as condições necessárias para executar a integralidade deste plano. Por isso nos congratulamos com a sua apresentação, solicitando que esta Assembleia seja informada dos resultados do mesmo e fazendo votos para que os lisboetas se apropriem do mesmo e todos em conjunto contribuamos para os objetivos e missões de cidadania aí integrados.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Lúcia Gomes (PCP):** -----

----- “Após uma discussão que foi talvez das mais motivantes que já tivemos oportunidade de ter na Sexta Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania, o PCP gostaria de saudar o Vereador João Afonso pela apresentação deste plano, que é um plano ambicioso e cujas 250 medidas serão naturalmente difíceis de concretizar mas validamente são um objetivo e se os objetivos não forem ambiciosos as políticas também o não poderão ser, mas gostaríamos contudo de colocar algumas das questões que foram juntas ao parecer desta própria Comissão e que têm a ver com o facto de uma das prioridades deste plano ser o empreendedorismo.-----

----- Entendemos que no Plano dos Direitos Sociais e Cidadania o empreendedorismo, pela carga e pelo conceito que tem vindo a ser transmitido na sociedade, tem representado uma desresponsabilização do papel do Estado na concretização das suas funções sociais e nessa medida entendemos que esta cultura e o fomento de uma cultura de individualismo que tem tido consequências diretas e negativas nos direitos

sociais, nomeadamente através da concretização ou não da atribuição de prestações sociais, entendemos que este não deveria ser um dos eixos prioritários. -----

----- De qualquer forma, realçamos e sublinhamos a importância que foi dada aos direitos constitucionais e às formas dos cidadãos em Lisboa... e gostaria aqui de fazer um pequeno reparo, em Lisboa não vivem só lisboetas, vivem muito mais pessoas e este plano é para todos, não é só para os lisboetas. A Câmara Municipal de Lisboa entender que a Constituição é a sua meta é algo de grande importância para o PCP. ----

----- Apelamos também para que o Vereador possa de alguma forma incluir nos eixos e nas propostas medidas de combate à exploração na prostituição, porque também é uma violação dos direitos humanos, e recomendamos ainda algumas medidas possam ser eventualmente incluídas no plano que têm a ver com a saúde, nomeadamente o combate às dependências e a incidência cada vez maior de dependências como o alcoolismo nas mulheres e idosos e que a Câmara também possa ter algum papel no combate a estes fenómenos. -----

----- Por fim, gostaríamos também de recomendar ao Senhor Vereador e queríamos que a Câmara lhe fizesse chegar, se fosse possível, a elaboração de um cronograma com a calendarização das propostas e da concretização das medidas para que a própria Comissão possa ir fazendo o seu trabalho de monitorização.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Gama (PS):** -----

----- “O Plano de Ação 2014/2017, apresentado pelo pelouro dos Direitos Sociais da CML, traduz a preocupação e atenção com que a CML observa as assimetrias sociais que por vários fatores, nomeadamente económicos, têm vindo a ocorrer com maior intensidade e profundidade na sociedade. Uma sociedade de excluídos jamais será uma sociedade coesas e se os efeitos económicos são os mais facilmente observáveis, os acontecimentos das últimas semanas lembram-nos que as exclusões podem ter faces e resultados, os quais nos alertam para a fragilidade na forma como por vezes observamos fenómenos que nem sempre compreendemos. -----

----- Neste contexto, o pelouro dos Direitos Sociais apresenta um plano de ações que pretende através de uma fase de análise e avaliação, em conjunto com os vários atores sociais, efetuar um diagnóstico dos direitos sociais nas suas diferentes dimensões na Cidade de Lisboa. Com este ponto de partida o plano define os grandes eixos de atuação sobre os quais são definidas várias atividades ambiciosas, que de forma integrada pretendem contribuir para uma cidade mais justa e coesa, em que os direitos sociais não sejam uma parangona, mas uma conquista dos lisboetas, razão pela qual o PS felicita a CML pela sua elaboração e implementação.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia:** -----

----- “Aproveito para esclarecer que a ausência do Senhor Vereador João Afonso neste momento resulta do facto de ter que ir buscar o miúdo à escola. São razões que muitos pais têm e que não podem ser adiadas. -----

----- Seguidamente, submeteu à votação a **Recomendação nº 3/53**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. -----

----- **PONTO 3 – APECIAR A PROPOSTA 1/CR/2015 – DEBATE TEMÁTICO “ERRADICAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES”,**

NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO ARTIGO 39º DO REGIMENTO (GRELHA BASE – 34M):-----

----- (A Proposta nº 1/CR/2015 fica anexa a esta Ata como **anexo 9** e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia:**-----

----- “A proposta vem indigitada como sendo da Conferência de Representantes, inicialmente foi apresentada pelo Grupo Municipal do PAN. Trata-se de fazer um debate temático sobre o tema da erradicação da violência contra as mulheres, com quatro sessões a terem lugar no mês março, com os subtemas que estão discriminados na proposta.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN):**-----

----- “Eu não me vou alongar muito, creio que todos terão lido a proposta e creio que estão claras as razões de ser deste debate temático. -----

----- Se bem que seja um assunto que está a ser falado todos os dias nos jornais, todos os dias novas notícias da violência continuada contra as mulheres, todos os dias aparecem novas mortes, isto é tema já há muitos anos e hoje em dia continua a ser um tema infelizmente. -----

----- Queria só chamar à atenção para o facto de que este tema gera alguma controvérsia do ponto de vista jurídico, uma vez que existem várias vertentes deste assunto que são controversas, nomeadamente a questão dos direitos parentais que depois se põem a outros níveis. -----

----- É um tema que eu convido todos os Senhores Deputados Municipais a comparecerem nas sessões, a intervirem tanto quanto possível e queria fazer votos para que a Convenção de Istambul, recentemente aprovada, possa dar um ímpeto definitivo a este assunto em discussão entre nós e que desse debate possam sair algumas conclusões, que eu sei que têm sido discutidas em vários fóruns e creio que poderá ser bastante benéfico para todos nós estarmos presentes, ouvir e posteriormente podermos fazer propostas dos nossos grupos municipais relativamente às conclusões que saírem deste debate. -----

----- Por agora é tudo. Espero que sejam sessões muito interessantes e mais uma vez reforço para que todos os Deputados Municipais compareçam.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Natalina Moura (PS),** Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente: -----

----- “Num curto espaço de tempo estamos novamente a debater a problemática da violência doméstica, apenas com designação diferente, erradicação da violência contra as mulheres, mas com a mesma roupagem e outros ângulos de mira em termos de aproximação. -----

----- Não temos por nós que o debate sugerido, e queremos deixar isso bem claro, que esta proposta em apreço busque popularidade, não é isso necessariamente que se trata. -----

----- A violência contra as mulheres constitui a negação de um direito humano fundamental, o direito à integridade física e psicológica, o direito à indignação, o direito ao grito de revolta que nos confronta emocionalmente e que deveria ter o mesmo eco que assume qualquer crime que nos leva a manifestar na rua, nas redes

sociais, em conferências, por qualquer tipo de discriminação social ou por má interpretação de credos. -----

----- Não nos devemos quedar por um simplificado “lavar de mãos”. Os dados há muito que estão lançados, os alertas não são de hoje. Porém, a visibilidade que os factos têm determina um inconformismo cada vez mais acentuado e uma sensibilidade cada vez mais apurada. -----

----- O debate é sempre um começo ou um recomeço de algo que se pretende fazer para que se possa agir no sentido da mudança. É sempre um propósito louvável e saudável e é neste caso isso que nos interessa. -----

----- Como políticos que somos, temos que fazer mais uma vez soar o grito de alerta alicerçado em números terríficos que importa reter para memória futura. Em 2013 foram 37 mulheres assassinadas em geral pelo atual ou ex companheiro. Em 2014 foram 42 mulheres que morreram vítimas do mesmo tipo de crime, a que corresponde uma média de quatro mulheres no mês e no ano. Iniciámos 2015 com mais um assassinato na via pública de mais uma mulher. Na última década, para que não esqueçamos, morreram 308 mulheres. -----

----- Não podemos cruzar os braços, há que dizer basta. -----

----- Bem sabemos que o quadro legislativo tem sido alterado e que o Decreto-Lei 400/82 de 23 de setembro, que aprovou o Código Penal, sofreu várias alterações que aqui não vou reproduzir e que os seis pontos do artigo 152º percorrem um leque de prescrições criminais que nos apaziguam o espírito mas que não são, pelo que vivenciamos, senão a eficiência mas não a eficácia. -----

----- Não nos atrevemos a afirmar que a autoridade anda à deriva, mas apesar do esforço legislativo, apesar da formação que tem sido dada às forças de segurança, do inexcedível trabalho das organizações não governamentais, associações de apoio à vítima, não se recolhem os frutos no sentido da erradicação da violência sobre as mulheres. -----

----- Como transformar o grito de repúdio, raiva, desespero, num grito de esperança? Se não queremos cruzar os braços, então começemos pelo debate temático para que se juntem à nossa voz a de tantos outros, à voz de que o primeiro Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género preconiza nas suas áreas estratégicas de intervenção, que bem se devem recordar. -----

----- Importa frisar que ao assumirmos esta tarefa estamos a firmar e a enquadrar o nosso pensamento e atuação no espaço mais amplo dos direitos humanos em prol da dignidade da mulher. -----

----- Muito já foi dito, passaremos então à ação, à semelhança do que sucedeu noutras áreas temáticas aqui neste mesmo espaço, podendo deste modo a Assembleia Municipal fazer convergir opiniões plurais e plurifacetadas, credíveis, a partir de saberes vivenciados, que constituam um novo impulso e que possam constituir também um alerta das consciências individuais e coletivas. -----

----- Só com um esforço participado poderá a sociedade portuguesa tentar inverter e minimizar um flagelo a todos os títulos intolerável numa sociedade humanista.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Lúcia Gomes (PCP):** -----

----- “O PCP saúda a realização deste debate temático e vai indicar pessoas para fazerem parte do painel, mas gostaríamos de sublinhar algumas questões. -----

----- A violência contra as mulheres não se subsume à violência doméstica. O debate e os temas propostos para o debate tiveram de facto isso em conta. Os números que já foram aqui trazidos e que têm a ver talvez com a face mais visível da violência sobre as mulheres, que é a violência doméstica, que pelo menos nos últimos anos tem tido uma face mais visível, mas entendemos que o debate deve também incluir muitas outras multiplicidades de como essa violência se mostra essencialmente contra as mulheres e as raparigas, nomeadamente através do tráfico de seres humanos, a exploração na prostituição, o assédio no local de trabalho, seja moral ou sexual, e também as novas formas que estão a ser estudadas neste momento na Assembleia da República, por via da Convenção de Istambul, nomeadamente as questões que têm a ver com a perseguição das mulheres. -----

----- Sabemos bem, e não é aqui uma guerra entre sexos, que há determinados tipos de violência que hoje ainda se fazem com base no sexo e são as mulheres e as raparigas as primeiras vítimas destes tipos de violência. Portanto, esperamos que os debates sirvam e já é uma tradição desta Assembleia Municipal, não só de agora, avançar com debates interessantes e profícuos sobre o tema dos direitos das mulheres e sobre a igualdade na sociedade e, portanto, esperemos que este debate venha contribuir também para aquele que tem sido um progresso e uma conquista da luta das mulheres. -----

----- Relembro que há muitas questões que hoje se colocam e que têm a ver, quer com horário de trabalho, quer com os direitos de maternidade e paternidade, quer com os direitos relativamente às questões da violência doméstica, que são questões pelas quais as mulheres já vêm lutando há centenas de anos, nomeadamente a redução do horário de trabalho e que no caso da administração local tem particular incidência na questão das 35 horas. -----

----- Esperemos que este debate sirva não só para refletir sobre o tema, mas também para propor soluções não só à sociedade e a quem tem os poderes para atuar localmente, mas também transmitir daqui aquelas que são as soluções que porventura há muito já poderiam ter sido tomadas por vários governos e ainda não foram, mas pode ser esta a semente para que futuros governos possam de facto intervir de uma forma incisiva e assertiva neste problema que ainda é a desigualdade entre mulheres e homens na nossa sociedade.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Floresbela Pinto (IND):**-----

----- “Relativamente à proposta de debate temático ‘Erradicação da Violência Contra as Mulheres’, o conjunto de Deputados Municipais Independentes congratula-se com esta iniciativa e considera que a mesma irá contribuir não só para a discussão aprofundada deste tema por esta Assembleia, mas também para o alavancar de propostas e soluções que visem dar melhor resposta a esta temática, à semelhança dos contributos conseguidos em debates temáticos já realizados nesta casa. -----

----- Sabemos que os municípios são entidades de referência e proximidade que podem e devem contribuir para alcançar os objetivos preconizados nas convenções internacionais e nas estratégias de políticas públicas nacionais de prevenção e

combate à violência doméstica de género, nomeadamente através do atual quinto Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica de Género 2014/2017. -----

----- Reconhecemos o esforço feito pela CML nestas matérias, nomeadamente através do Plano Municipal Para a Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género e do Plano de Ação dos Direitos Sociais apresentado há pouco e que oportunamente mereceu a análise desta Assembleia. -----

----- Apelamos também aos grupos municipais com representação na Assembleia da República para que as conclusões deste debate possam ser ecoadas em sede legislativa própria e possam ser melhorados alguns aspetos que ainda hoje impossibilitam a proteção adequada das vítimas de violência.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta 1/CR/2015**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. -----

----- **PONTO 4- APRECIAR A PROPOSTA 2/CR/2015 – DEBATE TEMÁTICO “DEMOGRAFIA E MIGRAÇÕES EM LISBOA”, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO ARTIGO 39º DO REGIMENTO (GRELHA BASE – 34M)** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia:**-----

----- “O debate foi inicialmente proposto pelos Senhores Deputados Municipais Miguel Graça e José Leitão, depois em sede de Conferência de Representantes assumido por todos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS):**-----

----- “Lisboa constituiu-se desde cedo como metrópole aberta ao mundo, cais de muitas chegadas e partidas para a Europa, África, Ásia e Américas. Ficou assim consagrado o papel cosmopolita da Cidade de Lisboa, onde se cruzam há séculos muitas e desvairadas gentes, como já referia Fernão Lopes. -----

----- Hoje Lisboa é uma cidade em que a diversidade cultural é um ativo que contribui para a sua inscrição na rede das cidades globais a nível mundial. Como dizemos com orgulho, é possível viajar pelo mundo sem sair de Lisboa. -----

----- A compreensão da atual situação de Lisboa no quadro das migrações internacionais, a relação entre os movimentos da imigração e da emigração com a evolução demográfica constitui um forte desafio e só por si justifica a realização do debate temático cuja realização se propõe. -----

----- Com efeito, só na região de Lisboa residiam 176963 cidadãos estrangeiros em 2013. Entre 2001 e 2010 a população residente estrangeira aumentou cerca de 50% na região de Lisboa, concentrando 50% dos estrangeiros que residiam em Portugal em 2011, de acordo com as estatísticas, quer do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, quer do Censos 2011. -----

----- No que à emigração diz respeito, continua a registar-se a saída de portugueses para o estrangeiro. Esta situação tem consequências sobre a evolução demográfica, saldos migratórios positivos e imigração superior à emigração não conseguiriam

travar só por si o processo de envelhecimento da população da cidade, mas poderiam contribuir para o atenuar pelo menos a médio prazo.-----

----- Lisboa tem que ter um conhecimento assente em dados estatísticos fiáveis dos desafios que se colocam, que permitam desenhar as políticas municipais adequadas, quando estamos confrontados com a concretização designadamente de um Plano Municipal Para a Integração de Imigrantes. -----

----- Não podemos ignorar também os desafios de mais e melhor cidadania para todos os residentes nacionais e estrangeiros. A participação política dos imigrantes na vida da cidade deve ser debatida. Este é um desafio que ultrapassa a competência desta Assembleia, mas para cuja discussão esta poderá dar um contributo útil.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia:**-----

----- “A Mesa informa que há um aditamento à proposta. Estava previsto ter três sessões, mas foi aceite ontem em Conferência de Representantes, por proposta do BE, acrescentar uma quarta sessão com o subtema ‘Imigração, Diversidade Cultural e Participação Política’. Foi considerado relevante e, portanto, foi aceite.” -----

----- **O Senhor Deputado Miguel Gama (PS):** -----

----- “O Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa em vigor para este mandato consagra a figura dos debates temáticos como estruturantes para as definições das políticas da cidade, pois permite analisar em profundidade um determinado tema. -----

----- Ao juntar na Assembleia Municipal um vasto conjunto de intervenientes que vão de organizações universitárias ao simples munícipe, passando por distintos profissionais ou associações com diferentes saberes, conhecimentos e visões, potencia-se a discussão, analisam-se diferentes óticas e vislumbram-se possíveis eixos orientadores. -----

----- Se dúvidas houvesse sobre a importância destes debates, bastaria lembrar o seu significado para a Colina de Santana e o que se espera venha a ser o futuro dos transportes em Lisboa, para reconhecer a sua importância estratégica, também neste caso com o sucesso de uma maior responsabilidade. -----

----- Sabendo do potencial que estes debates encerram, a escolha de temas que sejam estruturantes e transversais à cidade é uma obrigação. É neste contexto que surge a proposta subscrita pelos Deputados Municipais José Leitão e Miguel Graça para a realização de um debate temático subordinado ao tema ‘Demografia e Migrações em Lisboa’. -----

----- Se numa primeira abordagem este tema parece logo pertinente, uma pesquisa mais aprofundada permite encontrar um vasto conjunto de motivos que podem ser indiciadores da sua atualidade e do impacto na dinâmica da cidade. -----

----- Se tivermos em conta a diminuição da taxa de fertilidade e o aumento do saldo migratório negativo, conjugada com a esperança média de vida, é fácil perceber o risco que corremos com uma pirâmide etária cada vez mais invertida e uma pressão crescente, apresentando em 2012 um índice de fecundidade de 1,28, abaixo da média da União Europeia de 1,6 e uma taxa líquida de imigração negativa de menos 3,6 face à média da União Europeia, de 1,8. -----

----- É ainda de destacar que em 2011 os nados vivos de mãe estrangeira representavam cerca de 10% do total de nados vivos no País, sendo que os imigrantes representavam cerca de 3,7% da população e cerca de 4,7% da população empregada. --

----- No atual contexto, de aumento sistemático da emigração de portugueses apenas comparável com os anos sessenta, e de uma diminuição também sistemática dos imigrantes residentes no País, urge perceber os fatores que estimulam esta tendência e perceber qual o caminho a seguir para que possamos inverter este fenómeno.-----

----- As metas definidas para Cidade de Lisboa, para que seja uma cidade competitiva e um polo agregador, carecem de recursos habilitados e qualificados. Também neste âmbito o Partido Socialista tem manifestado a sua preocupação noutros contextos. Na Agenda para a Década, que se apresenta como um compromisso do Partido Socialista e em particular de António Costa para com os portugueses, este tema é estruturante, pois existe uma clara necessidade de valorizar os recursos humanos e de prevenir uma diminuição da população em Portugal. Sobre a imigração diz o documento: ‘Deve criar condições para atrair imigrantes altamente qualificados e empreendedores que possam contribuir positivamente para o desenvolvimento económico e atenuem os efeitos perniciosos do declínio demográfico’.-----

----- Também no documento é definida a necessidade de valorizar os nossos recursos humanos, nos quais Portugal investe e que vê fugirem para outros países à procura de melhores oportunidades, ou até mesmo apenas de oportunidade de trabalhar, e de criar as condições que possam manter no País.-----

----- Como resposta a estes problemas podemos verificar o trabalho que a Câmara Municipal tem vindo a desenvolver no sentido de criar condições para a permanência de recursos qualificados e com elevado nível de ensino, das quais a *Start Up* de Lisboa e a incubadora de empresas são um ótimo exemplo.-----

----- Também por forma a valorizar a participação dos imigrantes e consequentemente criar condições à sua permanência, o pelouro dos Direitos Sociais tem no seu plano de ação fomentar a criação de associações de imigrantes e o combate à exclusão e discriminação.-----

----- Por todos estes motivos e muitos outros que ficam por enunciar entende o Partido Socialista que a proposta apresentada merece o seu voto favorável.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Floresbela Pinto (IND):**-----

----- “Apenas umas breves palavras para reconhecermos a atualidade e pertinência do debate temático ‘Demografia e Migrações em Lisboa’. Pensamos que este debate permitirá não só conhecer a realidade dos fenómenos migratórios na cidade, mas também avaliar as respostas existentes ou que sejam necessárias criar no sentido de melhorar o acolhimento de quem escolhe viver nesta cidade, independentemente da origem, mas também apontar caminhos para que as políticas de coesão socio-territorial e comunitária caminhem de encontro aos desafios da evolução dos fenómenos migratórios na cidade.-----

----- Temos a convicção que a participação das comunidades migrantes no moldar das dinâmicas várias da nossa cidade e deste País continua a não ter expressão nos direitos, nomeadamente no direito ao voto de migrantes estrangeiros. O voto não é

apenas a expressão democrática da vontade popular, mas também o reconhecimento do indivíduo como pleno participante na construção cidadã da sociedade que habita. ---
----- Assim, aproveitamos para desta forma também simbólica saudar o povo grego pela manifestação nas urnas do seu Não às políticas de austeridade cega, assente nos números e nos orçamentos em detrimento das pessoas e dos serviços públicos. -----
----- Ainda na incerteza dos resultados práticos desta eleição, é claro este sinal conjuntamente com outras manifestações cidadãs pelas ruas de toda a Europa e de todo o mundo, é clara a necessidade de repensar não só a forma como o exercício de solidariedade europeia está a ser feito, mas também os modelos de participação e construção dos objetivos políticos comuns. -----
----- Passando este aparte, reiteramos a importância deste debate temático também para alicerçar na sua reflexão factos que podemos considerar externos mas que impactam o fenómeno das migrações em Lisboa.” -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia:**-----
----- “ A Mesa aproveita para saudar a Senhora Deputada Municipal Floresbela Pinto, porque eu creio que é a única Deputada Municipal neste momento de nacionalidade estrangeira, cabo-verdiana, que é muito bem-vinda e muito apropriadamente a este debate.” -----
----- Seguidamente, submeteu à votação a **Proposta 2/CR/2015**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. -----
----- **PONTO 5 - APRECIAR O RELATÓRIO DA AUDITORIA DA EX-IGAL, ACTUAL IGF AO MUNICÍPIO DE LISBOA, NOS TERMOS DA ALÍNEA G) DO Nº 2 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO I DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO (GRELHA BASE – 34M); RECOMENDAÇÃO 1/54 (BE)** -----
----- (A Recomendação nº 1/54, apresentada pelo BE, fica anexada a esta Ata como **anexo 10** e dela faz parte integrante) -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia:**-----
----- “Este relatório foi disponibilizado a todos os grupos municipais, está na sala de consultas. É uma auditoria que já tem alguns anos. A Lei obriga-nos a tomar conhecimento deste relatório e, portanto, nós agendámos. -----
----- Há uma recomendação do BE sobre o relatório da auditoria. -----
----- A auditoria incide sobretudo sobre queixas levantadas por vários cidadãos em aspetos de natureza urbanística, de natureza patrimonial e de práticas internas municipais.” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE):**-----
----- “Sobre o relatório em si, é um relatório que se debruça sobre variadíssimas temáticas da atividade da Câmara Municipal, desde o urbanismo ao funcionamento dos próprios serviços. Algumas das questões estão já resolvidas, outras estão em processo de resolução, conforme está no próprio anexo do relatório.-----
----- O BE apresentou uma recomendação à Câmara, dividida em dois pontos, no sentido de acrescer alguma transparência aos processos que decorrem desta auditoria. O primeiro ponto para que na proposta de revisão do Regulamento de Atribuição de

Apoios Pelo Município de Lisboa se venha a consagrar a publicidade e facilidade de acesso na página eletrónica do Município e aí refletir os apoios concedidos, a informação sobre os beneficiários, os montantes concedidos, os que foram efetivamente pagos, protocolos, contratos/programa e as medidas de verificação do cumprimento pelas entidades privadas.-----

----- Em segundo lugar propor, conforme discutimos já aqui diversas vezes, que os contratos/programa de delegação de competências nas juntas de freguesia sejam sempre acompanhados dos estudos previstos na Lei.”-----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro:**-----

----- “Como foi dito aqui pelo Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles, há questões que nós já respondemos e tornámos públicas as respostas e, portanto, eu não me vou debruçar tanto sobre elas, vou-me debruçar sobre o âmbito das recomendações que o BE faz.-----

----- Dizer em relação ao RAAML, descansar no sentido de que vai haver uma revisão do RAAML e é entendimento do Executivo que as recomendações que faz estejam plasmadas no novo RAAML. Portanto, de alguma forma a própria revisão do Regulamento vai ao encontro da expectativa. Também as alterações a serem introduzidas teriam que ser numa revisão do Regulamento e, portanto, penso que essa questão será naturalmente respondida.-----

----- No que diz respeito aos estudos para fundamentar os protocolos de delegação de competências, de acordo com o que está definido na Lei, dizer que por um lado muito bem, o Município entende que poderá ter existido neste período de adaptação protocolos que não estejam numa versão totalmente adequada ao espírito daquilo que se entende e o Município adequará com certeza outros protocolos no futuro para que respondam afirmativamente a estas exigências, mas dizer também, em abono da verdade, que alguns já cumprem.-----

----- Não existe por parte da Assembleia Municipal nenhuma observação de que não houve alteração nenhuma depois da aprovação desta moção. Que fique aqui claro que o Executivo entende que alguns dos protocolos de delegação de competências... nomeadamente vou dar um exemplo concreto: quando estamos a fazer protocolos que digam respeito a obras que são executadas pelas juntas de freguesia e que são acompanhadas pelos projetos propriamente ditos, que se verificarem nas propostas entregues aqui já fundamentam estes artigos em concreto da Lei e é muito claro que é despesa que sai do Município para ser executada na junta de freguesia. Portanto, não há aumento de despesa pública.-----

----- No nosso entender, e depois poderia entrar aqui no detalhe de todos estes aspetos, já existiram durante este mandato protocolos de delegação de competências que vão ao encontro do espírito do que está aqui expresso. Haverá outros que não e entendemos que não tem sido homogéneo o procedimento do Município em relação a esta matéria e, portanto, aceitamos como válida a sugestão que o BE faz, partindo deste princípio elementar de que houve alguns que já cumpriram aquilo que aqui se exige.”-----

----- A Senhora Presidente da Assembleia, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Recomendação nº 1/54**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

----- **PONTO 6 - APRECIAR A PROPOSTA 769/CM/2014 - ALTERAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E DO SUBJACENTE COMPROMISSO PLURIANUAL DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ALUGUER OPERACIONAL DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS LIGEIOS MOVIDOS EXCLUSIVAMENTE A ELECTRICIDADE, NOS TERMOS DA PROPOSTA E DO ARTIGO 24.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO I DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, BEM COMO DOS N.OS 1, 2 E 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI 197/99, DE 8 DE JUNHO E DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO (GRELHA BASE – 34M);**

----- (A Proposta 769/CM/2014 fica anexada a esta Ata como **anexo11** e dela faz parte integrante)-----

----- A Senhora Presidente da Assembleia, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta 769/2014**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com votos a favor de PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6 IND e abstenções de PSD.-----

----- **PONTO 7 - APRECIAR A PROPOSTA 770/CM/2014 - ALTERAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E DO SUBJACENTE COMPROMISSO PLURIANUAL DO CONTRATO DE “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA GRANDES REPARAÇÕES EM SUPERESTRUTURAS DE VARREDOURAS MECÂNICAS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E DO 24.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO I DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, BEM COMO DOS N.OS 1, 2 E 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI 197/99, DE 8 DE JUNHO E DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO (GRELHA BASE – 34M);**

----- (A Proposta 770/CM/2014 fica anexada a esta Ata como **anexo12** e dela faz parte integrante)-----

----- A Senhora Presidente da Assembleia, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta 770/2014**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com votos a favor de PS, PSD, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6 IND e abstenções de CDS-PP.-----

----- **PONTO 8 - APRECIAR A PROPOSTA 771/CM/2014 - ALTERAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E DO SUBJACENTE COMPROMISSO PLURIANUAL DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ALUGUER OPERACIONAL DE 21 VEÍCULOS AUTOMÓVEIS LIGEIOS DO TIPO FURGÃO DE NOVE LUGARES, NOS TERMOS DA PROPOSTA E DO ARTIGO 24.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO I DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, BEM COMO DOS N.OS 1, 2 E 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI 197/99, DE 8**

DE JUNHO E DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO (GRELHA BASE – 34M); -----

----- (A Proposta 771/CM/2014 fica anexada a esta Ata como **anexo13** e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta 771/2014**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com votos a favor de PS, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, PNP e 6 IND e abstenções de PSD e CDS-PP. -----

PONTO 9 - APRECIAR A PROPOSTA 772/CM/2014 - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO ÂMBITO DO AJUSTE DIRECTO PARA A AQUISIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS PARA AS VIATURAS DA FROTA MUNICIPAL DA MARCA MERCEDES BENZ, NOS TERMOS DA PROPOSTA E DO ARTIGO 24.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO I DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, BEM COMO DOS N.OS 1, 2 E 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI 197/99, DE 8 DE JUNHO E DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO (GRELHA BASE – 34M).

----- (A Proposta 772/CM/2014 fica anexada a esta Ata como **anexo14** e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta 772/2014**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com votos a favor de PS, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, PNP e 6 IND e abstenções de PSD e CDS-PP. -----

----- A sessão terminou eram dezoito horas e cinquenta e cinco minutos. -----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014. -----

-----A PRESIDENTE -----